

2022

RELATÓRIO
EXTERNO 2022

ANO DE
INOVAÇÃO &
AVANÇOS
FISCAIS


TESOURO
do Estado do RS

EXPEDIENTE

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Leonardo Maranhão Busatto

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Carlos Mario Lima de Souza

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO DO ESTADO:

Eduardo Rosemberg Lacher

SUBSECRETÁRIOS ADJUNTOS DO TESOIRO DO ESTADO

Área Institucional - Juliana Debaquer

Área Financeira - Elói Astir Stertz

Área Orçamentária - Guilherme Correa Petry

CHEFES DE DIVISÃO

DDIP (Divisão da Dívida Pública) - Felipe Rodrigues da Silva
DEQG (Divisão de Estudos Econômicos e Fiscais e Qualidade do Gasto) - Marcos Antonio Bosio
DPLAN (Divisão de Planejamento Financeiro e Administração de Caixa) - Jacó Braatz
DPO (Divisão de Programação e Execução Orçamentária) - Isabel Jorge
DPROF (Divisão de Programação e Execução Financeira) - Eduardo Galvão Egea
DGF (Divisão de Gestão da Folha de Pagamento) - Milton Cesar da Costa
DTI (Divisão de Tecnologia e Inovação) - Rafael Bystronski Di Bernardi

CHEFE DE GABINETE:

Roberto Bosque Royes

AGETE (Assessoria de Gestão Estratégica) - José Eduardo Brasil

ASSON (Assessoria de Orientação e Normatização) - Diego Degrazia

EQUIPE EDITORIAL

Edição e redação final - Jornalista Sandra Bitencourt

Apoio e textos - Jornalista Tatiane de Sousa

PROJETO GRÁFICO

Feeling Propaganda

2022

RELATÓRIO
EXTERNO 2022

ANO DE
INOVAÇÃO &
AVANÇOS
FISCAIS



TESOURO
do Estado do RS

SUMÁRIO

- 05** Carta do Secretário
- 07** 2022: Conquistas e Novos Desafios
- 10** Programa de Inovação do Tesouro
- 32** Mapa Estratégico do Tesouro do Estado Portfólio e projetos 2022
- 59** Perspectivas de futuro:
Legado Sustentabilidade

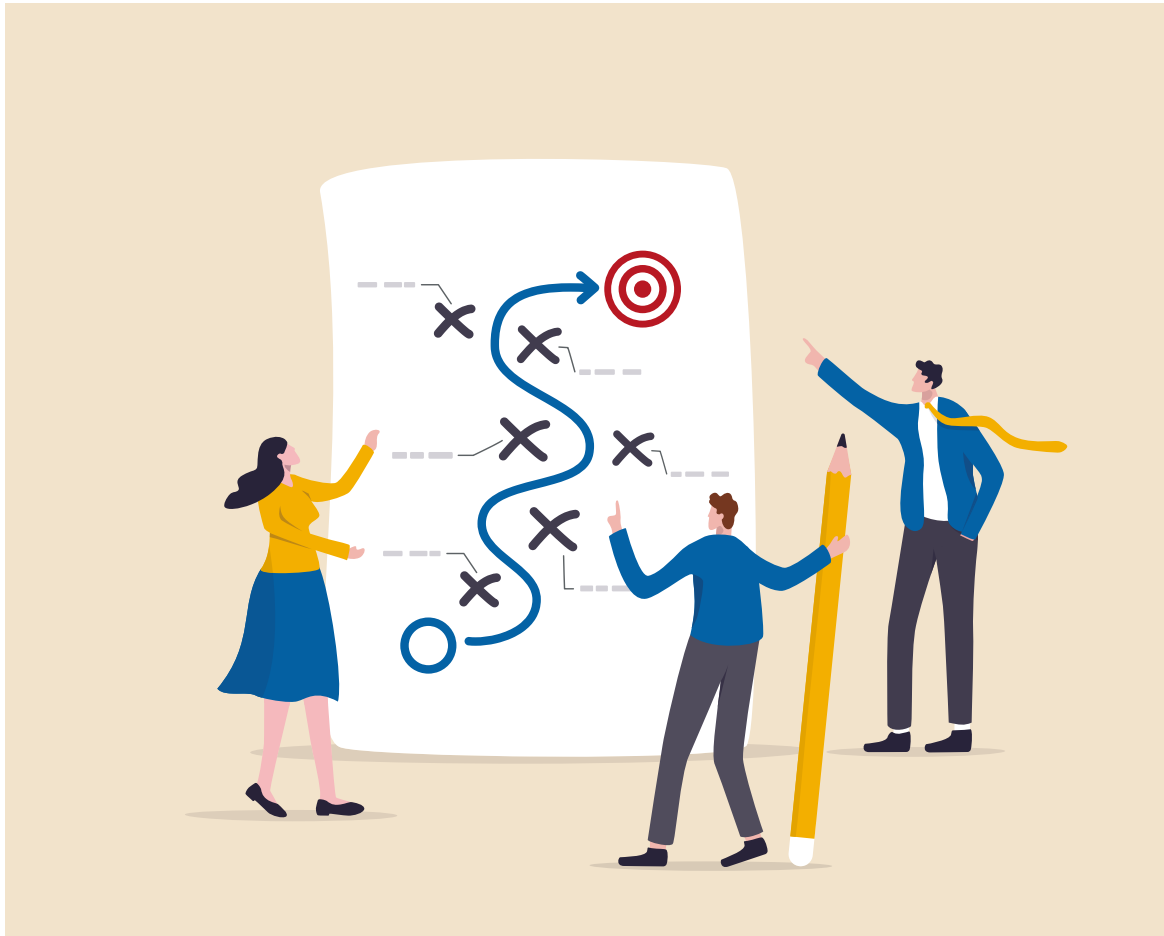


CARTA DO SECRETÁRIO

Em nenhum outro ano o Tesouro do Estado reuniu, em um mesmo exercício, fatores tão impulsionadores para uma mudança de rumos como ocorreu em 2022: projetos maduros voltados à inovação no setor público foram fortalecidos com o apoio dos recursos do PROFISCO II, medidas para a sustentabilidade das contas públicas garantiram um ano sem intercorrências nos compromissos na despesa, inclusive com antecipação de pagamentos, houve recomposição de quadros, aquisição de novos equipamentos e foram fortalecidas as parcerias com entidades, universidades e outros órgãos para a troca de experiências e conhecimento.

Nesse cenário de avanços, surgem iniciativas que beneficiam cada vez mais os destinatários dos serviços prestados, como no caso da qualificação do atendimento aos servidores públicos em curso, as melhorias no App Servidor, que permitem inclusive a prova de vida com biometria facial, e o Portal de Fornecedores, com informações centralizadas e ágeis.

Além desses legados na prestação de serviços, há projetos estruturantes que ficam para as próximas gestões como uma marca forte da atuação do Tesouro neste período. A homologação do Regime de Recuperação Fiscal, com novas



perspectivas para a gestão da dívida pública, enseja, ainda, uma solução para o passivo dos precatórios. Houve recomposição dos Depósitos Judiciais e redução histórica da dívida do Caixa Único, o que reforça o esforço em enfrentar passivos históricos.

O Tesouro também está presente nas discussões sobre a recuperação das receitas perdidas pelos estados a partir da LC 194/2022 e que deverão ser igualmente decisivas no próximo exercício para que o Rio Grande do Sul preserve sua capacidade aportar recursos em áreas essenciais e nos investimentos que finalmente foram retomados.

Assim, com avanços na gestão e participação ativa em temas estruturais para as finanças do Estado, o Tesouro vem contribuindo para a consolidação de uma situação fiscal mais sustentada para um setor público moderno e eficiente.

Leonardo Maranhão Busatto

Secretário da Fazenda



2022: CONQUISTAS E NOVOS DESAFIOS

O Relatório a seguir traz informações, projetos e ações realizados em um ano especialmente desafiador. Em 2022, depois de anos de negociação, foi homologado do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com vigência até 2030, que permitirá a retomada gradual do pagamento do serviço da dívida com a União, dentro da capacidade financeira do Estado, bem como abre a possibilidade de realizar operações de crédito para as finalidades previstas no Regime. Durante o período de duração do Regime, as medidas de gestão das contas públicas buscando a sustentabilidade fiscal deverão se intensificar. O Estado deve dar continuidade às ações de otimização das receitas e controle do crescimento das despesas voltadas à sustentabilidade fiscal.

Neste ano, também foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei Complementar 194, que determinou a aplicação da alíquota modal (17% para o Estado do Rio Grande do Sul) para os serviços considerados essenciais — o texto atinge telecomunicações, combustíveis, energia elétrica e transporte

público. Com a redução das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Estado deixou de arrecadar em torno de R\$ 2 bilhões, somente no segundo semestre de 2022.

Foi um ano em que avançamos na negociação de um financiamento de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para pagamentos de precatórios e projetos para melhorias de controles de ações judiciais e folha de pagamentos. Os precatórios são um dos principais passivos do Estado do Rio Grande do Sul, cujo estoque está na ordem de R\$ 15 bilhões, devendo ser quitado até 31/12/2029, data estabelecida pela EC 109/2021.

Tivemos também grandes avanços do ponto de vista financeiro. Os pagamentos de fornecedores, convênios e folha de servidores seguem em dia. Alcançamos valores próximos a R\$ 1 bilhão em rendimento com a remuneração das aplicações do Caixa Único. Além disto, foram pagas dívidas históricas com o IPE Saúde, referentes a contribuições patronais das pensionistas e por conta da transferência da propriedade de imóveis do IPE ao Estado. Chegamos ao final de 2022 com uma situação financeira equilibrada.



Mas sabemos que o caminho da sustentabilidade é um processo que exige persistência, uma maratona, com passo ritmado e progressivo.

Contribuímos na viabilização e operacionalizamos a revisão geral dos servidores públicos depois de 16 anos.

Esse foi um ano de avanços incríveis em projetos realizados graças às parcerias que promoveram espaços para inovação. As entregas fazem parte de um planejamento bem elaborado e com a adesão e valorização dos servidores do Tesouro do Estado, eficientes em agilizar e construir novas respostas para as necessidades do governo e as demandas da cidadania.


Nas próximas páginas, tendo como fio condutor o nosso Mapa Estratégico, apresentamos nossos programas e projetos, destacamos os avanços de 2022, propostas desenvolvidas e os principais números desse período desafiador, mas de muitas colheitas.

Sabemos que precisamos deixar um legado para que as próximas gestões possam seguir avançando na gestão qualificada das contas públicas. Queremos que a sustentabilidade fiscal seja um valor da nossa sociedade, para que tenhamos cada vez mais meios de prover serviços e viabilizar políticas públicas para a melhoria da vida do nosso Estado.

Boa leitura.

Eduardo Lacher

Subsecretário do Tesouro do Estado



PROGRAMA DE INOVAÇÃO DO TESOURO (PIT)

O Rio Grande do Sul foi um dos estados pioneiros na implantação de um programa de cooperação e parceria entre Estado e universidades.

A reunião no Tecnopuc em setembro de 2022 para compartilhar os avanços dos projetos do PIT encerrou a programação da 3ª Missão de Supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre as ações do Profisco II e comprovou o acerto da iniciativa que começou a ser desenhada em 2019 como uma diretriz que definiria novos rumos no Tesouro do Estado.

Com a presença de servidores da Secretaria da Fazenda (Sefaz), diversos órgãos do Poder Executivo Estadual e dos agentes envolvidos nas diversas ações do programa (universidades, empresas e terceiro setor), a reunião serviu para apresentar o estágio de andamento de cada um dos projetos do Ciclo I, além de alinhar o início dos projetos do próximo ciclo. O evento foi coordenado técnica e metodologicamente pelo Crialab da PUCRS.

No segundo ciclo de projetos do PIT, a rede de colaboração será ainda mais ramificada, com a inclusão de outros setores do setor público gaúcho, municípios, outros órgãos do governo federal, como Escola Nacional de Administração Pública e Banco Central e instituições de outros estados, como o Laboratório Iris do Ceará. Também faz parte desse ecossistema vivo o Instituto Caldeira.



O início dessa história se remete a 2019, com um curso também no Tecnopuc. Desde então, em sintonia com o ritmo acelerado dos processos de inovação, foram consolidados e firmados convênios com a PUC, UFRGS e Unisinos e feita a inclusão do Pacto Alegre (acordo entre os três parques tecnológicos das universidades parceiras).

A compreensão da relevância desse caminho em um mundo em transformação permitiu buscar as bases para a formulação de projetos, relacionamentos e interações com as comunidades que colaboram na gestão e inovação das finanças. Desse modo, passamos a gerar as sinergias necessárias para uma organização pública coexistir de maneira pertinente com sua visão e ao mesmo tempo coerente com as urgências transformadoras de uma nova sociedade digital.

O foco nas relações com as pessoas é o eixo central do planejamento da instituição. Envolvendo-as e gerando benefícios a partir de sua própria produtividade e criatividade na busca de soluções diferentes para culturas cada vez mais híbridas, que exigem gerenciamento e ferramentas tecnológicas capazes de sustentar atividades produtivas em processo de mudança.

Sete eixos compõem o PIT: Inovação Fiscal; Governança Colaborativa; Relação com o Cidadão; Desenvolvimento Econômico e Social; Equilíbrio Financeiro; Inovação Tecnológica e Qualidade do Gasto.



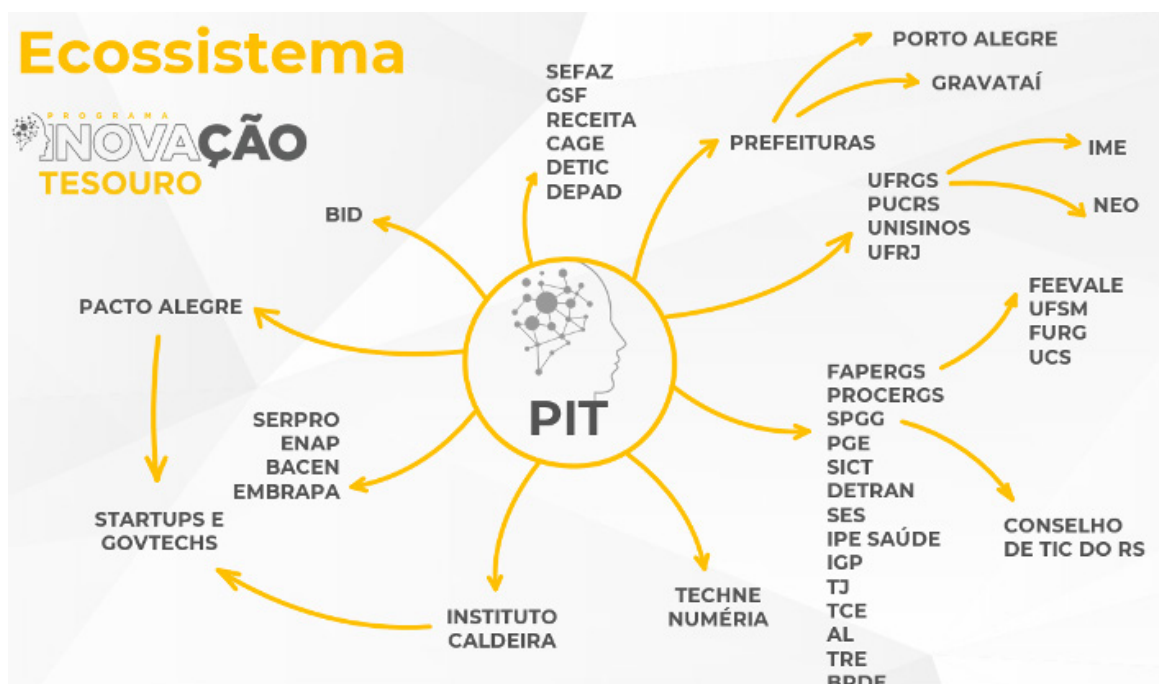
ENTRE AS DIRETRIZES QUE FUNDAMENTAM A INICIATIVA ESTÃO

- ✓ Inovações sustentáveis e intervenções socialmente relevantes que contribuam para a geração de valor público;
- ✓ Ampliação da relação com o ambiente universitário;
- ✓ Utilização de soluções tecnológicas avaliando problemas e buscando ferramentas adequadas a partir da análise de produtos já utilizados no mercado;
- ✓ Olhar crítico para as soluções do mercado;
- ✓ Valorização das pessoas.

A principal riqueza do PIT é a construção e ampliação do seu ecossistema. Através dele, as instituições e as iniciativas vão se tornando cada vez melhores e mais assertivas. E além de tudo, vão desenvolvendo o recurso mais relevante da inovação: as pessoas. A modelagem do PIT foi desenhada para viabilizar e valorizar a colaboração entre entidades, especialmente com as universidades, startups e govtechs, otimizando o ecossistema de inovação na busca de soluções inéditas para problemas complexos.

Para o ciclo 2 já estão previstas a contratação, por meio dos novos tipos de licitação, de startups para a solução de desafios da gestão do Tesouro do Estado.

Os recursos do PIT fazem parte do Profisco II.

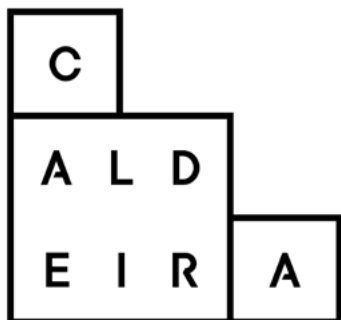


Os projetos do PIT foram apresentados em diversos fóruns nacionais e internacionais. Essa participação tem feito com que surjam muitas novas possibilidades.



South Summit 2022

Apresentação do projeto Design de Novos Negócios com Dados Governamentais. Consolidada parceria com o Detran, como o objetivo de transformar dados públicos em possibilidade de novos usos para a sociedade. Um termo de cooperação assinado entre a Sefaz e o Detran tem a finalidade de produzir uma base sólida de conhecimentos e informações entre os dois órgãos, compartilhando informações que possam ser utilizadas pelo Estado e parceiros.



Tesouro no Caldeira

Em 7 de julho, sete desafios do PIT foram apresentados no Instituto Caldeira, uma organização sem fins lucrativos que conecta pessoas e iniciativas, através de um *hub* de inovação e uma comunidade.



A aproximação do Tesouro com o Caldeira busca promover conexões que acelerem a inovação e os projetos em desenvolvimento. Na oportunidade, as *startups* da comunidade e a coordenação do Instituto assistiram aos *pitches* feitos pelos integrantes do Tesouro e parceiros e avaliaram a possibilidades de sinergia.

Pitches apresentados:

- APP Servidor RS
- Atendimento Unificado do Servidor
- Central do Servidor
- Ciência de dados nas rotinas operacionais da Folha
- Design de novos negócios com dados governamentais
- Emissão de certidões
- Pensões alimentícias



52ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária - COGEF

O Projeto Design de Novos Negócios com Dados Governamentais também foi apresentado durante o evento.



Tecnopuc Experience: Programa de Inovação do Tesouro apresentado em evento com mais de 130 atividades tecnológicas

O Programa de Inovação do Tesouro do Estado foi apresentado na atividade “Ecosistema de inovação: o setor público como vetor”, durante a 5ª edição do Tecnopuc Experience. Entre os desafios apresentados, estão a construção de projetos de maior impacto positivo na vida das pessoas, as soluções tecnológicas, levando em consideração a necessidade de soluções rápidas, e avanço no conceito de governo aberto.



IV Foro Iberoamericano de Compra Pública de Innovación & Innovación Abierta – BID

O Tesouro do Estado participou do IV Fórum Iberoamericano de Compra Pública de Inovação e Inovação Aberta, que aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2022 no Rio de Janeiro. Nesse evento foram compartilhadas experiências nas políticas de inovação aberta no contexto da retomada econômica pós-pandemia de Covid-19 e novas políticas de inovação aberta.

O foco da quarta edição do fórum foi o de aproveitar lições aprendidas e experiências dos agentes do ecossistema de inovação dos diferentes países participantes, como Espanha, Colômbia, Argentina, Peru e Brasil. O subsecretário Eduardo Lacher palestrou na mesa de “Experiências de CPI em âmbito local”, compartilhando a história dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Inovação do Tesouro.

STATUS DOS PROJETOS DO CICLO I DO PIT



Design de Novos Negócios com Dados Governamentais: Transformando dados públicos em serviços para a sociedade

Objetivo: disponibilizar novos serviços baseados em dados administrados pelo Governo do Rio Grande do Sul, promovendo o ingresso de receitas e aproximando a Sefaz do ecossistema de inovação. Esta iniciativa é acompanhada pelo Conselho Estadual de Inovação em TIC no Governo e foi apresentada na edição de 2022 do South Summit, em Porto Alegre.

Diferenciais: Algumas iniciativas de serviços de dados públicos em nível nacional já podem ser observadas, contudo os modelos de negócios propostos por este projeto solucionam demandas ainda não atendidas e trazem também o conceito de cocriação, visto que foram desenvolvidas após a escuta e interlocução com mercado.

Outro aspecto relevante para definir a inovação foi a parceria com a academia, por meio de centros de pesquisa, buscando conceituar, modelar e propor formatos de negócios com o acúmulo de conhecimento e bibliografia internacional sobre o tema. Este projeto é desenvolvido em um convênio com o Núcleo de Engenharia Organizacional (NEO) da UFRGS. Assim, participam diversos perfis que compõem as esferas públicas e privadas, como órgãos e secretarias públicas, universidades, empresas e startups, explorando sinergias possíveis no ecossistema de inovação.

Etapas: as principais etapas de implementação da iniciativa são:

- Diagnóstico: prospecção dos dados disponíveis e análise de benchmarking das estratégias de negócio com dados públicos governamentais em nível nacional e internacional.
- Identificação de oportunidades de serviços e de potenciais clientes: realizada a partir de entrevistas para levantamento de necessidades em diversos segmentos do setor privado
- Modelagem de oportunidades: detalhamento da proposta de valor e jornada do cliente para as oportunidades identificadas, a partir da abordagem de design thinking e ferramentas de cocriação junto à equipe do projeto, aos parceiros e aos clientes;
- Definição dos elementos (recursos físicos e humanos) necessários para a entrega de cada uma das soluções e análise da viabilidade econômico-financeira dos novos serviços;

- Planejamento das soluções: priorização da implementação das soluções, conforme o seu esforço e esperados.
- Desenvolvimento da metodologia-padrão para a criação de modelos de negócios de dados em órgãos governamentais: framework.

Status: o projeto também tem em seu escopo o lançamento de dois projetos-piloto, em parceria com o Detran, de forma a testar as soluções propostas e os modelos de negócios sugeridos:

- O primeiro piloto será uma API² desenvolvida pela Procergs e intitulada “Movimentação de veículos financiados em depósitos do RS”. Este serviço, destinado a financeiras, irá informar a relação de veículos que ingressam ou saem de depósitos do Detran no RS em d+1, disponibilizando fotos e a consulta completa de débitos para regularização/retirada (diárias, taxas, multas, impostos).
- A segunda iniciativa-piloto será a da contratação de startups a partir de um edital de Contrato Público para Solução Inovadora - CPSI (base: Marco Legal das Startups). As vencedoras desenvolverão um modelo monetizável, arquitetura tecnológica e protótipo funcional de uma solução baseada em dados do Detran-RS.

Etapas do ecossistema de dados

- Curto prazo: clientes com necessidades pontuais (ex. seguradoras, validação de identidade, perfil de consumo, etc);
- Médio prazo: novas oportunidades antes não enxergadas pelas empresas estabelecidas (i.e. ensinar o que podem fazer);
- Longo prazo: estabelecimento de novos negócios baseados em dados (ex: startups)

A monetização pode/deve garantir a continuidade da oferta dos serviços de dados, melhorando a estrutura de dados e servindo de fonte de financiamento para novos projetos inovadores.

MPA em Inovação e Novo Setor Público

Parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), a Universidade Federal do RS (UFRGS), a Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) e Aliança pela Inovação, através do Pacto Alegre.



² Application Programming Interface (Interface de Programação de Aplicação). mecanismos que permitem que dois componentes de software se comuniquem usando um conjunto de definições e protocolos

Objetivo: A formação de servidores públicos centrada no desenvolvimento e aprofundamento de competências técnicas, de gestão e de governança para a inovação e o novo setor público.

Diferenciais: Incorpora temas contemporâneos, como inovação, empreendedorismo, governo aberto, governo digital, transparência, governança pública, governança colaborativa, políticas públicas baseadas em dados, novo papel do estado frente à Covid-19, entre outros.

Status: O curso está organizado de forma modular, permitindo a realização do curso completo ou como módulos independentes, e, neste caso, com certificação de curso de extensão. São 360 horas de atividades, além da apresentação de um trabalho de conclusão. Os trabalhos de conclusão deverão impactar em todas as áreas da Sefaz.

A segunda turma deve iniciar no segundo semestre de 2023, integrando servidores além da Sefaz RS.



Projeto Precificação NF-e: Geração de parâmetros para compras públicas.

Objetivo: Reestruturação da sistemática de remuneração dos prestadores de serviço do plano de saúde dos servidores estaduais – IPE Saúde é o destaque em 2022.

Diferenciais: Solução para gestão de um gasto anual do IPE Saúde na ordem de R\$ 2,8 bilhões. Geração de parâmetros de preços para: Central de Compras do Estado – Celic; Secretaria de Segurança Pública; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; diversos municípios e outras instituições através do site (<https://bit.ly/PreçoReferênciaNFe>).

Compartilhamento da metodologia desenvolvida com as mais diversas instituições de Estado.

Status: Projeto mais relevante do consagrado Programa de Qualidade do Gasto (PQG). Em 2022, foi assinado o termo de convênio entre a Sefaz e o Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS para o desenvolvimento e a transferência de tecnologia em ciência de dados, com foco no aprimoramento do modelo de precificação para compras públicas com base na NF-e, no âmbito do Profisco II.



O convênio firmado objetiva aumentar a robustez das soluções existentes, além de acelerar novos desenvolvimentos de funcionalidades. Espera-se validar os modelos existentes e propor novos; avaliar a utilização de *webmining* como forma de validação externa de resultado e ampliação de base; utilizar de técnicas de pré-processamento e/ou normalização da base de dados a fim de aumentar a quantidade de produtos precificados; avaliar a generalização dos resultados do modelo, como validação cruzada, além da qualidade de predição; utilizar técnicas de aprendizagem não supervisionada para agrupamento de diferentes produtos, o que poderá acarretar a melhora da qualidade preditiva da precificação.

Barômetro Fiscal: Nova sistemática de estimativas das principais variáveis fiscais, estimativas a partir de modelos econométricos e fluxo de dados automatizado.

Objetivo: Analisar a conjuntura econômica e suas repercussões nas finanças públicas do Estado, através do desenvolvimento de modelos econométricos de previsão de variáveis fiscais. Em 2022, o projeto foi ampliado. Ele foi o primeiro contratado pela Sefaz no âmbito do Profisco II.

Diferenciais: A ferramenta oferece os principais indicadores da conjuntura econômica e fiscal do Estado. Também permite a análise da conjuntura econômica e suas repercussões nas finanças públicas do Estado e o desenvolvimento de modelos econométricos de previsão de variáveis fiscais.

Status: Foram criados dois produtos:

- Informe Fiscal: Mensalmente são atualizadas as projeções de curto prazo das principais variáveis fiscais.
- Carta de Conjuntura Fiscal: Edição trimestral com análise da conjuntura econômica e fiscal do Estado.

As informações e análises geradas se constituem em insumos básicos para a elaboração dos cenários fiscais do Estado nas diversas circunstâncias: Lei de Diretrizes Orçamentárias, orçamento anual, cenários para o Regime de Recuperação Fiscal, processo de gerenciamento da execução orçamentária, entre outros.



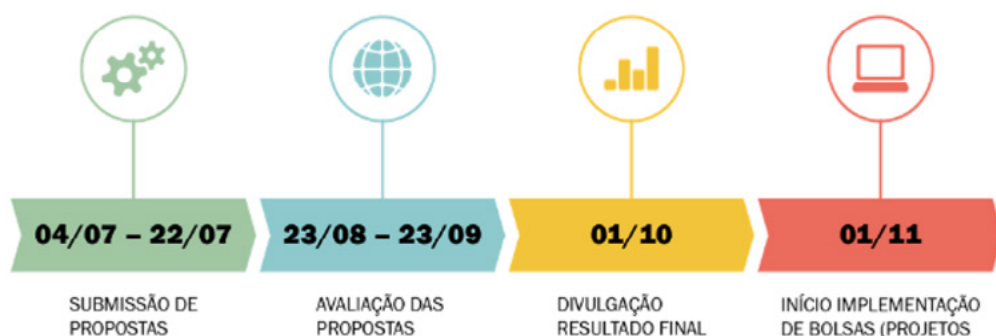
Programa de Pesquisa Aplicada em Finanças Públicas - PFP

Objetivo: geração de conhecimento específico sobre os serviços prestados e políticas públicas implementadas pelo Estado com foco na qualidade do gasto e na estrutura produtiva e seus encadeamentos. O foco é o Estado no âmbito territorial e/ou institucional.

Diferenciais:

- Avaliação qualitativa e quantitativa das Políticas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase em: processos envolvidos, métricas e mensuração da oferta de bens e serviços públicos.
- Estudos e análises sobre estruturas de mercado em contas públicas.
- Estudos sobre a economia do RS com destaque para: Análises globais e setoriais sobre a estrutura produtiva do Estado e seus encadeamentos domésticos, interestaduais e internacionais, aspectos institucionais e relativos à dinâmica tecnológica em setores estratégicos do Estado e condições demográficas, do mercado de trabalho e da qualificação de recursos humanos.

Status: Em julho deste ano foi publicado o edital do Programa de Apoio à Pesquisa Aplicada em Finanças Públicas, Estrutura Produtiva, Análise Econômica e Políticas Públicas do Estado – PFP. A iniciativa é uma parceria entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) e a Secretaria da Fazenda do RS. Abaixo o andamento das etapas e a descrição dos projetos selecionados:



TITULO DO PROJETO	PESQUISADOR	SIGLA	GRANDE ÁREA
Impactos do Fundopem / RS sobre o emprego e seus transbordamentos regionais no Rio Grande do Sul 2010-2020	Adelar Fochezatto	PUCRS	Economia e Administração
O Complexo Econômico-Industrial da Saúde no Rio Grande do Sul: gargalos oportunidades e estratégias para o desenvolvimento	Ana Lúcia Tatsch	UFRGS	Economia e Administração
Demandas judiciais relativas à dispensação de medicamentos pelo SUS: caracterização e análise dos impactos fiscais e administrativos no estado do Rio Grande do Sul	Diogo Joel Demarco	UFRGS	Economia e Administração
Políticas públicas no Rio Grande do Sul: um mapeamento sobre os recursos investidos nos setores criativos	Cristiano Max Pereira Pinheiro	FEEVALE	Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo
Fatores psicossociais do trabalho e estratégias de Enfrentamento para promoção da saúde e prevenção ao suicídio em profissionais de segurança pública do RS	Silvana Regina Ampessan Marcon	UCS	Ciências da Saúde
Avaliação dos impactos do programa avançar na saúde sobre indicadores fiscais sociais e de oferta de serviços em saúde no Estado do Rio Grande do Sul	Gibrán da Silva Teixeira	FURG	Economia e Administração
Políticas Públicas para a Reconversão Tecnológica e Competitiva do Agronegócio no Rio Grande do Sul - SMART AGRO	Paulo Antonio Zawislak	UFRGS	Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo
Economia Gaúcha: Produtividade do Trabalho Progresso Técnico e a Dinâmica Recente da Estrutura Produtiva	Adalmir Antonio MARquetti	PUCRS	Economia e Administração
Programa de Financiamento Farmácia Cuidar+ no Estado do Rio Grande do Sul: monitoramento e avaliação da execução dos recursos	Agnes Nogueira Gossenheimer	SES-RS	Ciências da Saúde
A satisfação dos beneficiários dos Programas Primeira Infância Melhor (PIM) e Criança Feliz (PCF): uma análise sob a ótica das famílias gaúchas.	Kalinca Léia Becker	UFSM	Economia e Administração
Impactos e encadeamentos setoriais intrarregionais do Rio Grande do Sul a partir do modelo de insumo-produto	Tomás Amaral Torezani	SEPLAG	Economia e Administração
Colabora RS: Programa de Governança Colaborativa para a co-criação de Políticas Públicas com foco em geração de Valor Público para o Estado do Rio Grande do Sul	Edimara Mezzomo Luciano	PUCRS	Economia e Administração
Análise da estrutura do Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) do Rio Grande do Sul e da dinâmica de produção e inovação de seu segmento industrial de Equipamentos Médicos Hospitalares e Odontológicos (EMHO)	Janaina Ruffoni Trez	UNISINOS	Economia e Administração



Matriz de Avaliação da Estrutura Produtiva do RS – MAEP: Produção de um retrato da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul, consolidado nas chamadas Tabelas de Recursos e Usos e na Matriz de Insumo-Produto

Objetivo: Agregar como um dos insumos informações locais extraídas das bases de apuração do ICMS e do ISS dos principais municípios do Estado, num ambiente que permita transferência de tecnologia e capacitação da equipe local, com vistas a manter as bases atualizadas ao longo do tempo de acordo com as necessidades do Estado.

Diferenciais: A ferramenta vai identificar a importância relativa dos diferentes setores econômicos e estimar os efeitos diretos e indiretos sobre variáveis como a produção, o valor adicionado, a arrecadação fiscal e a geração de emprego. O detalhamento das compras e vendas em âmbito estadual permite detalhar compras e vendas das unidades produtivas e, a partir daí estabelecer diferentes tipos de multiplicadores que servem como parâmetros em modelos de avaliação de impactos de políticas públicas e investimentos privados. Destacam-se como diferenciais do projeto a fundamental participação interinstitucional e a qualidade destacada dos parceiros contratados.

Status: A equipe de trabalho do projeto “Elaboração da Matriz de Avaliação da Estrutura Produtiva do RS – MAEP” produziu seminário técnico “Metodologia de elaboração das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) a partir das contas regionais e de registros administrativos”, reunindo os principais parceiros do projeto: Tesouro do Estado, Receita Estadual, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e consultores, para a apresentação da base de dados a ser utilizada e a distribuição das tarefas entre os órgãos envolvidos.

As principais aplicações são:

- Avaliação de impacto de projetos de investimentos (públicos e privados incentivados);
- Avaliação de impacto dos fluxos (efetivados e projetados) relativos às despesas públicas estaduais;
- Geração de ferramentas para subsidiar a tomada de decisão com base em critérios objetivos.

Foi construída uma classificação de dados com produtos e atividades delimitada numa tabela de recursos e usos por ordem de importância regional, com produção local ou importados pelo Estado para o seu consumo. São utilizadas bases de dados disponíveis no Departamento Estadual de Economia

e Estatística da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado (SPGG) e da Secretaria da Fazenda (Sefaz), nas Subsecretarias do Tesouro e da Receita Estadual. A partir da tabela apresentada, as equipes técnicas do Estado realizarão uma análise detalhada e criteriosa para análise dos resultados.

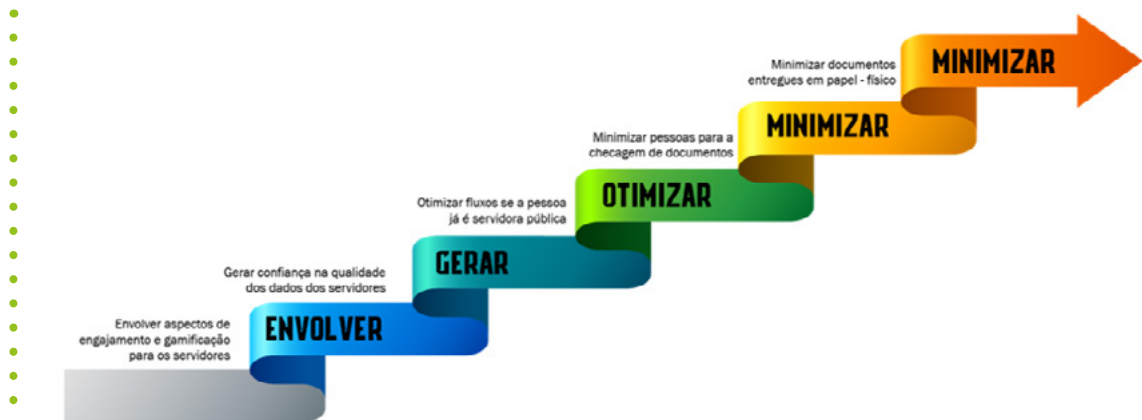
Projeto Central de Informações dos Servidores

Objetivo: pretende dispor do maior número possível de informações dos servidores em um único local, de forma centralizada e atualizada periodicamente de acordo com os prazos de cada informação. A central deve gerenciar todas as informações dos servidores do Estado, provenientes de diversos sistemas, através de uma única visão das informações e documentos.

Diferenciais: Baseado no princípio da comunidade europeia *"Once-only principle"*, um conceito de governo eletrônico que visa garantir que os cidadãos, instituições e empresas tenham que fornecer certas informações-padrão às autoridades e administrações apenas uma vez. O projeto é um desdobramento do App ServidorRS: nas oficinas de cocriação realizadas com servidores de várias secretarias e instituições do Estado para a definição de novas funcionalidades, foram identificados os principais entraves ou as principais "dores" desse público.

Status: a partir das oficinas de experiência com usuários realizadas, foram mapeadas as oportunidades para melhorar e otimizar a relação com os servidores. A ilustração abaixo mostra os resultados desse mapeamento, com dificuldades e oportunidades:





O Projeto é uma parceria do Tesouro do Estado com Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Companhia de Processamento de Dados do Estado (Procergs), Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Sindiregis) e Unisinos.



App ServidorRS

Objetivo: Constituir o principal canal de relacionamento dos servidores gaúchos para assuntos ligados à folha de pagamentos. Evolução da interface e das funcionalidades do canal tecnológico de relacionamento com servidores do Estado, norteadas pelos conceitos de agilidade, simplicidade e confiança.

Diferenciais: A ferramenta atualmente já beneficia **61 mil usuários** e pretende alcançar todo o público-alvo da iniciativa, correspondente a aproximadamente 350 mil pessoas entre servidores da administração direta e indireta e pensionistas. Já são **mais de 3,4 milhões** de interações entre os servidores e o App.

61 mil
usuários

3,4 milhões
interações

Status: Os avanços são resultado de um minucioso processo de escuta e colaboração dos usuários, que participaram por meio de pesquisas e também de uma série de oficinas de UX (*User Experience* ou Experiência do Usuário) para diagnosticar problemas e propor alternativas. As soluções desenhadas pela Procergs para atender às demandas elencadas foram todas validadas pelos servidores que integraram a jornada de cocriação antes de chegar ao público geral. As novidades propõem mais fluidez no uso do aplicativo e foram sugeridas para conferir mais informações e serviços ágeis, seguros e, sobretudo, simples. Com base nessas diretrizes, buscou-se simplificar a linguagem e tornar a navegabilidade mais intuitiva e direcionada, melhorias que se tornaram possíveis devido aos avanços operacionais da ferramenta. Para exemplificar, os servidores pediram por uma maior facilidade na troca de vínculo, além de terem sido relatadas dificuldades de login e no entendimento das mensagens das funcionalidades.

Atualmente, o aplicativo dispõe de 11 funcionalidades dirigidas a servidores ativos, inativos ou pensionistas, computando mais 3,4 milhões de interações.

O projeto foi um dos cases apresentados pela Sefaz RS na 53ª Reunião da Comissão de Gestão Fazendária (Cogef), em Belém (PA) e conquistou o segundo lugar no Prêmio ABEP de Excelência em Governo Digital - edição 2022. Além disso, as avaliações das notas nas lojas de aplicativos são positivas, chegando a 4,7 na Google Play e a 4 na Apple Store. O aplicativo também ficou em segundo lugar no prêmio Melhor solução de Governo Digital Orientada ao Governo, no Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública, que é uma iniciativa da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP)

Serviços ofertados:

- Contracheque: consulta ao contracheque atual e aos anteriores;
- Comprovante de rendimentos: consulta ao comprovante de rendimentos atual e aos dos últimos cinco anos;
- Consignações: disponibiliza informações sobre as consignações facultativas vigentes no contracheque dos servidores, especificando espécie e consignatária;
- Bloqueio e desbloqueio de consignações: possibilita o bloqueio ou desbloqueio das consignações facultativas;
- Férias: permite o agendamento/reagendamento de férias e consulta ao saldo de períodos aquisitivos;
- Histórico funcional: consulta à vida funcional dos servidores, como publicações no Diário Oficial e atributos funcionais;

- Indenização de férias e licença-prêmio: acompanhamento do processo de indenização, apenas para servidores desligados e aposentados;
- Recadastramento de inativos: no Rio Grande do Sul, os inativos devem se recadastrar anualmente para que os seus proventos continuem sendo pagos pelo Estado. O recadastramento era feito de forma presencial, agora é possível realizar o recadastramento pelo APP através da tecnologia de biometria facial;
- Recadastramento de pensionistas: da mesma forma que os inativos, os pensionistas devem se recadastrar anualmente para que os seus proventos continuem sendo pagos. O recadastramento era feito de forma presencial, agora é possível realizar o recadastramento pelo APP através da tecnologia de biometria facial;
- Consulta RPV: disponibiliza dados referentes ao pagamento de RPVs (requisições de pequeno valor) a todos que aguardam por esse tipo de crédito;
- Teletrabalho: Formaliza a adesão ao trabalho remoto;
- Fale conosco: canal de comunicação em que os servidores podem enviar dúvidas, sugestões ou reclamações para a central de atendimento junto ao Estado. A partir do lançamento da nova interface, o Fale Conosco utiliza a ferramenta Central de Manifestações, desenvolvida pela Procergs.

O App Servidor RS pode ser baixado a partir da *Apple Store* e *Google Play* e acessado também no ambiente WEB.

Todo mundo tá usando:

62 mil de usuários
3,49 milhões de interações

★★★★★
4,7

★★★★☆
4,0

O aplicativo também ficou em segundo lugar no prêmio **Melhor solução de Governo Digital Orientada ao Governo**, no SECOP - Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública, uma iniciativa da ABEP - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação.

PARABÉNS A TODAS AS EQUIPES!

2

Que venha 2023!

Em 2022, foram implantadas as funcionalidades de maior desafio tecnológico até agora. O Recadastramento de Inativos e Pensionistas, conta com a tecnologia de multibiometria, uma solução com uma camada desenvolvida pela Procergs dentro do projeto *Biometrix*, com foco no reconhecimento facial. A tecnologia é dotada de inteligência de segurança de informações para garantir que a foto capturada pelo(a) inativo(a)/pensionista no momento da prova de vida seja cruzada com as fotos da SSP (Secretaria de Segurança Pública), do Sistema iRS e do Sistema de Habilitação do Detran, permitindo assim identificar a imagem capturada no APP e confirmar se realmente é a pessoa que está fazendo a prova de vida. Confirmada a identidade, são também confirmados os dados no sistema de recursos humanos do Estado, o RHE, e é feita a montagem de um perfil biométrico com esses dados mais a foto capturada. Por fim, essa montagem é inserida em uma base biométrica própria do App e desenvolvida para atender à Secretaria da Fazenda. Esse perfil fica disponível, nessa base, para que sejam feitas as validações biométricas necessárias no App para identificação e reconhecimento através da face. Vale ressaltar que essa tecnologia alcançou o 3º lugar do Prêmio ABEP de Excelência em Governo Digital edição 2022.

A funcionalidade do Teletrabalho foi disponibilizada no App em março deste ano, representando um marco na formalização do trabalho remoto no país. Inicialmente restrita aos servidores da Secretaria da Fazenda, hoje contempla todos os órgãos do Estado que aderiram a essa prerrogativa. Novos desenvolvimentos estão previstos para 2023, como a aprovação do plano de trabalho pelo gestor.

Com o propósito de atender aos servidores de forma cada vez mais assertiva e de se alinhar com as políticas estaduais de evolução na prestação de serviços aos cidadãos, o Fale Conosco passou a utilizar uma ferramenta de relacionamento com clientes desenvolvida pela Procergs, a Central de Manifestações, a qual conta com o Protocolo Único dos Serviços do Estado e a Pesquisa de Satisfação em atendimento à IN 008 da SPGG.



A ferramenta reduz o tempo de resposta ao direcionar os questionamentos diretamente para os órgãos e setores competentes, por exemplo, as dúvidas dos usuários pensionistas são direcionadas para o IPEPrev, os questionamentos sobre as Requisições de Pequeno Valor (RPV) são encaminhadas para o setor de precatórios do Tesouro do Estado e as dúvidas e problemas técnicos são destinados à Procergs, desenvolvedora do aplicativo. Também contribuem para uma devolutiva mais ágil e responsiva os dados de gestão fornecidos pela ferramenta.

Neste ano, o Tribunal de Justiça e o IPE-Saúde ingressaram no App através da disponibilização das funcionalidades Contracheque e Comprovante de Rendimentos aos seus servidores. As demais funcionalidades serão customizadas gradativamente conforme a necessidade dessas instituições.

Indicadores: Quanto aos indicadores do ano de 2022, destaca-se o aumento crescente no número de usuários e de interações. De ago/2020 a fev/2021, o número mensal de usuários distintos girava em torno de 2 a 4 mil. De mar/2021 a dez 2021, o número de usuários se elevou gradativamente de 5 a 8 mil usuários mensais. A partir de jan/2022, o total de usuários mensais ficou acima dos 10 mil. Em julho/2022 houve o recorde absoluto mensal de interações, totalizando mais de 289 mil.

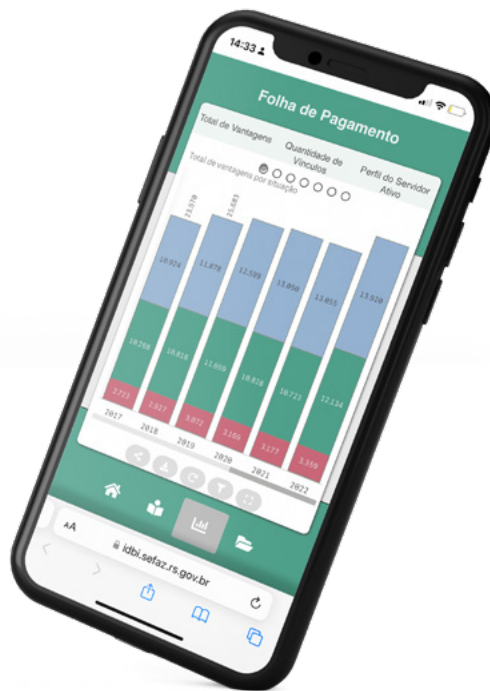


Dentre as interações realizadas, a mais acessada foi a consulta de Contracheques, com aproximadamente 34% do total, representando 1,17 milhão de consultas. Em seguida, operações de Consignações, com 29% e 987,88 mil operações. Todas essas interações via App desoneram os servidores da necessidade de acessar via computador, que nem todos dispõem, ou de procurar atendimento presencial, ajudando a evitar a sobrecarga que tais demandas provocariam sobre os setores de Recursos Humanos das Secretarias Estaduais. O comprovante de rendimentos, por ser uma demanda sazonal com números superlativos, já mobilizava toda a equipe de atendimento, chegando a quase 5 mil atendimentos em apenas um mês. Novamente não são necessários mais procedimentos além de clicar na funcionalidade e obter imediatamente o documento. O número total de visualizações ultrapassou 6.000 desde a sua disponibilização.



Atendimento Unificado do Servidor

Objetivo: qualificar o atendimento das demandas dos servidores do Executivo estadual. Nessa primeira fase, foram priorizados os serviços prestados pela Divisão de Folha de Pagamento – DGF, que atende em média a 13 mil chamados por mês, os quais abrangem solicitação de informações, serviços ou dúvidas relativas à Folha de Pagamento de um total de 300 mil servidores, através dos canais App do Servidor, Portal do Servidor, por telefone, pelo site da Secretaria de Fazenda ou presencialmente.



Diferenciais: O projeto consiste na implantação dos processos de atendimento na plataforma *Microsoft Dynamics Customer Service* (CRM). A solução permite o registro de ocorrências de atendimento com protocolo único, de forma padronizada e centralizada. Ela será integrada aos canais existentes e unificará a fila de ocorrências. Estão previstas funcionalidades como uma base de informações, chamada de *Frequent Asked Questions* – FAQ. O aplicativo de conversas, chamado de *chatbot*, que identifica os servidores requerentes e os encaminhará às respostas ou serviços solicitados, já está em operação.

A expectativa é alcançar maior eficácia e efetividade no processo de atendimento com a tecnologia oferecida pela plataforma CRM *Dynamics*, a qual - além de receber e organizar os chamados provenientes de diversos canais, evitando assim o retrabalho gerado pelas ocorrências em duplicidade, conta com *Business Intelligence* (BI) para análise de dados gerenciais, possibilitando a visualização de todas as interações realizadas com Tesouro do Estado. Em complementação

ao CRM, o *chatbot* colabora para maior responsividade ao oferecer orientação para os serviços e dúvidas mais buscados e também possibilitar a solicitação de serviços contidos na Carta de Serviços do Tesouro do Estado.



Status: A 1ª onda foi implantada com muito sucesso: a plataforma CRM e o *chatbot* estão no ar. Tanto o CRM como o *chatbot* contam com a identificação do demandante através do RHE, contudo, por questões técnicas, a autenticação pelo Gov.br será realizada na 2ª onda.

Importante salientar que nessa 1ª onda apenas a solicitação do serviço será possível pelo *chatbot*, ou seja, o serviço continuará sendo realizado por um humano. Apenas na 3ª onda será disponibilizado o autosserviço, possibilitando que a prestação do serviço seja automática.

As perguntas frequentes (FAQ) também representam um avanço no atendimento, uma vez que todas as orientações contempladas pela Carta de Serviços foram revisadas para conferir maior clareza e facilitar o seu entendimento. Para a 2ª onda, pretende-se contratar consultoria em Linguagem Simples para desburocratizar a linguagem do Estado tanto na FAQ como nas demais interações com os cidadãos.

2ª onda - Inteligência Artificial e reconhecimento de voz: Integração com central telefônica. Inicialmente, a 2ª onda previa a integração da central telefônica à plataforma CRM, contudo, por razões de infraestrutura da central telefônica da Sefaz e custo-benefício desse desenvolvimento, a central telefônica constará no *backlog* para implantação futura. Quanto à Inteligência Artificial, há a perspectiva

- de emprego de Processamento de Linguagem Natural (PLN) e *Machine Learning* para capacitar o *chatbot* a interagir e entender as necessidades dos demandantes sem a necessidade de análise humana.

- 3ª onda - Expansão e automação de serviços: Expansão da plataforma de CRM para as demais Divisões do Tesouro e outros órgãos do governo. Integração do *chatbot* com sistemas legados para possibilitar o autosserviço, prescindindo da ação humana para fornecer o serviço solicitado.





MAPA ESTRATÉGICO DO TESOURO DO ESTADO: A CARTOGRAFIA DAS ENTREGAS

A seguir apresentaremos as entregas em 2022 tendo como referência os objetivos do Mapa Estratégico do Tesouro, bem como o portfólio de projetos.

Objetivo: alcançar a sustentabilidade das finanças públicas.



Mapa Estratégico do Tesouro do Estado



Portfólio 2022



HOMOLOGAÇÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF)

O RRF começou a ser trabalhado em 2017 pelo governo gaúcho e contou com uma extensa agenda incluindo versões, reuniões, tratativas e negociações.

Em dezembro de 2021, o Estado protocolou pedido de adesão ao RRF, pedido este que foi deferido pela União em janeiro de 2022. Em fevereiro, foram assinados os contratos 261/2022 (suspensão do pagamento da dívida com a União e de outras sete dívidas bancárias) e 262/2022 (parcelamento em 360 meses do valor de R\$ 16 bilhões referentes à pendência judicial por conta da liminar obtida junto ao STF para suspender o pagamento das parcelas da dívida com a União desde julho de 2017). O Estado concluiu o Plano de Recuperação Fiscal em maio de 2022, o qual foi homologado pela União em junho deste ano, com vigência de 1º de julho de 2022 até 31 de dezembro de 2030.

Principais itens do plano e benefícios para o Estado:

- Suspensão do pagamento da dívida com a União e de outras sete dívidas com instituições financeiras e organismos multilaterais (BNDES, BID e Banco Mundial) integralmente, neste ano de 2022, com retomada dos pagamentos, a partir de 2023, em “escadinha”, de forma a pagar 1/9 das parcelas em 2023; 2/9 em 2024, e assim por diante;
- Refinanciamento dos valores que deixam de ser pagos no âmbito do RRF em 360 meses, começando já em 2022;
- Acesso a operações de crédito vinculados ao processo de ajuste fiscal. O RS está encaminhando a contratação do Pró-Sustentabilidade junto ao BID, o qual deverá aportar US\$ 500 milhões para auxiliar à quitação do passivo de precatórios, atualmente em torno de R\$ 15 bilhões, mediante acordos judiciais com deságio de 40% no valor.

Ajuste do Estado à LC 194

Em junho de 2022, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 194, reduzindo de 25% para 17%, no caso do RS, as alíquotas de combustíveis, energia elétrica e comunicações. Com isso, as perdas estimadas de arrecadação para 2023 foram projetadas em torno de R\$ 4,4 bilhões anuais em relação à previsão de receitas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (R\$ 3,3 bilhões ao Estado e R\$ 1,1 bilhão aos municípios).

A legislação prevê uma compensação aos Estados, já regulamentada pela Portaria 7.889 do Ministério da Economia. O texto normatizou a compensação, que será aplicada a partir de 2023, com base na comparação nominal das arrecadações mensais ao longo do segundo semestre de 2022, por meio do abatimento em parcelas da dívida com a União. Além disso, o Rio Grande do Sul, por sua adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), tem direito à compensação integral das perdas provocadas pela LC 194.



Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Pelo segundo ano consecutivo o Tesouro do Estado coordenou a elaboração e negociações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A LDO foi equilibrada por ser anterior a LC 194/2022. A proposta encaminhada à Assembleia Legislativa prevê a manutenção da regularidade fiscal, pagamentos em dia e preservação dos investimentos públicos. As despesas e receitas totais são projetadas em R\$ 54,8 bilhões.

Ao agregar os novos cenários contratados para a dívida pública, a proposta também mantém as diretrizes do governo de retomada da capacidade de investimento estatal e inclui, entre as despesas públicas, os impactos do crescimento da folha decorrentes, entre outros, do aumento da implantação do piso do magistério e da revisão geral de 6% ao funcionalismo, aprovados neste ano, mas que seguem tendo efeitos futuros.

Pela primeira vez, a LDO é construída com o conceito do Teto de Gastos aprovado pela Assembleia em 2021 e que prevê que as despesas primárias empenhadas estarão limitadas à variação do IPCA por Poder e órgão autônomo até 2031.

A elaboração do projeto contou com a participação dos demais Poderes e órgãos autônomos. Seguindo as relações institucionais estabelecidas entre todos os Poderes e órgãos autônomos, foi fechado novo acordo quanto às diretrizes para os duodécimos em 2023, a exemplo dos dois anos anteriores. Nesse caso, a dotação orçamentária para o ano corresponde à dotação com base de 30 de abril de 2022, atualizada pela projeção do IPCA para 2022 disponível conforme o último boletim Focus de junho de 2022.

Novo esforço de contingenciamento extraordinário em 2023 também foi pactuado, de tal forma que o efetivo desembolso financeiro em duodécimos seja limitado a um crescimento nominal de 6,86% sobre o valor das dotações de 30/04/2022, o que deve significar uma economia na ordem de R\$ 63 milhões em comparação com as dotações orçamentárias autorizadas, considerando a projeção do IPCA 2022, cujo índice mais recente, conforme o Boletim Focus de dezembro/2022, é de 5,61%.

MELHORIAS NAS PROJEÇÕES FISCAIS

Foram desenvolvidos quatro modelos de predição do ICMS que, juntamente com as estimativas de despesas, permitem a elaboração de cenários fiscais, mensalmente atualizados e formalizados no Informe Fiscal e Carta de Conjuntura; atuação conjunta com a Receita para aprimorar os modelos de predição do ICMS.



Objetivo: facilitar o entendimento da sociedade sobre as finanças do Estado. O Relatório da Dívida do Tesouro do Estado apresentou a 13ª edição do **Relatório Anual da Dívida Pública**, um compilado que traz a evolução e perspectivas para a gestão da dívida. A publicação tem o propósito didático e informativo de dar transparência, registrar e organizar dados e tornar mais compreensível um tema complexo, mas ao mesmo tempo determinante para o desenvolvimento do Estado.

Muitas inovações já foram promovidas a fim de tornar o acesso e a compreensão do conteúdo mais facilitado e amplo. Desde 2020 a edição é totalmente digital, disponibilizada na internet na página do Tesouro do Estado. A apresentação conta com novos recursos audiovisuais e a adoção de eventos virtuais dá maior amplitude, com a participação de profissionais das áreas de Contabilidade, Economia, além de universidades e servidores públicos. Para o Tesouro do Estado, a aproximação a esse público é uma forma de compartilhar o conhecimento e envolver a sociedade nas discussões deste que é um dos mais sensíveis temas sobre as finanças do Estado e do país.

A constituição de 2022 da dívida Pública do Rio Grande do Sul é de 15 contratos internos, oito contratos externos, parcelamentos de contribuições sociais e precatórios judiciais. Os principais credores são a União (R\$ 74 bilhões), os bancos federais (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Federal, com R\$ 1,3 bilhão) e organismos multilaterais (Banco Mundial e Banco Interamericano, com R\$ 10,8 bilhões). Os pagamentos suspensos em função de liminar junto ao STF somaram, até dezembro de 2021, R\$ 14,5 bilhões.

RELATÓRIO DE PESSOAL

Com o objetivo de detalhar a despesa com pessoal do Estado do Rio Grande do Sul foi apresentado pela primeira vez em 2022 o **Relatório de Pessoal**². O documento detalha a despesa sob os enfoques contábil, com a análise dos valores totais empenhados com pessoal e encargos sociais e específico da folha de pagamento do quadro de servidores

² Substitui o antigo Boletim Informativo de Pessoal. Juntamente com este novo Relatório são disponibilizadas as séries históricas na internet no painel de pessoal. <http://bireports/reports/powerbi/BI/GEPESC/Relat%C3%B3rio%20Gest%C3%A3o%20de%20Pessoas>

ativos, inativos e pensionistas. Além disso, o relatório apresenta as duas grandezas, do período de 2011 a 2021, em itens que destacam a evolução, a composição, os eventos que impactaram e aqueles que irão influenciar o crescimento dos próximos meses, com a projeção para o encerramento de 2022. Por fim, há um capítulo apenas sobre a previdência dos servidores públicos estaduais.

O documento também mostra que essa despesa estava em ascensão de forma acentuada nos últimos anos e teve sua trajetória de crescimento real modificada com a aprovação de reformas estruturais (administrativa e previdenciária).

CARTA DE SERVIÇOS

Disponível no site do Tesouro do Estado, a Carta busca informar e orientar os cidadãos acerca dos serviços públicos prestados pela Subsecretaria.



Ao todo, são 33 serviços voltados a servidores (ativos, inativos e pensionistas), ao próprio governo, aos demais poderes e à sociedade.

Em 2022 foram mais de 60 mil acessos.

LISTA DE SERVIÇOS

- Abertura de Canal de Consignação
- Acesso à Declaração de Informe de Rendimentos
- Acesso aos ambientes do sistema RHE
- Acesso aos contracheques para servidores públicos estaduais
- Atendimento de Demandas Administrativas ou Judiciais referente à folha de pagamento
- Atendimento Referente à Folha de Pagamento para Servidores
- Atualizações de informações de Dados Funcionais para Órgãos Federais
- Bloqueios ou Desbloqueios de Consignações
- Consulta Créditos a Pagar para Fornecedores do Estado
- Contribuições Previdenciárias
- Créditos Adicionais Implantados no Orçamento do Estado
- Decretos de Cotas Orçamentárias
- Emissão de Declarações, Demonstrativos ou Cópias de Documento Relativos aos Servidores
- Histórico Funcional
- Implantação de Cotas Orçamentárias
- Implantação de Pensão Especial
- Implantação e Revisão de Pensão Estatutária
- Informações relativas sobre Contrato de Serviços de Terceiros (CST)
- Informações sobre Consignação Facultativa
- Informações Sobre Consignações para Consignatárias
- Informações sobre Despesa de Pessoal
- Orientações aos Recursos Humanos sobre Folha de Pagamento
- Pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPVs)
- Preços de Referências de Mercado (PRM)
- Projeção de Ingressos de Tributos Estaduais e Repasses Federais para os Municípios
- Recadastramento de Servidores Inativos e Pensionistas Estatutários ou Especiais
- Relatório de Execução Orçamentária
- Simulação de Aposentadoria para Benefício Especial –SimprevRS
- Solicitação de Declarações de Contrapartida para Convênios com Órgãos Públicos
- Solicitação de Férias
- Solicitações de Recursos Financeiros – SRF
- Suporte aos Órgãos em Execução Financeira
- Suporte aos Órgãos em Execução Orçamentária

PORTAL DE FORNECEDORES

Lançado em 2021 com objetivo de melhorar a relação entre o Tesouro do Estado e os fornecedores, o app Pagamento dos Fornecedoros do RS chegou à fase II com novo *design* e novas funcionalidades. A nova versão implementou modificações que conferem maior estabilidade de ambiente e carregamento de gráficos, além de disponibilizar novas

funcionalidades, principalmente na tela de *desktop*. O objetivo é disponibilizar informações aos credores do Estado, que utilizam a ferramenta para consultar todas as fases do processo de prestação de serviço, desde a contratação até o pagamento.

Uma das facilidades é a consulta às informações da fase final, a partir da liquidação da despesa pública, bem como detalhes de todos os pagamentos recebidos do Estado nos últimos três anos.

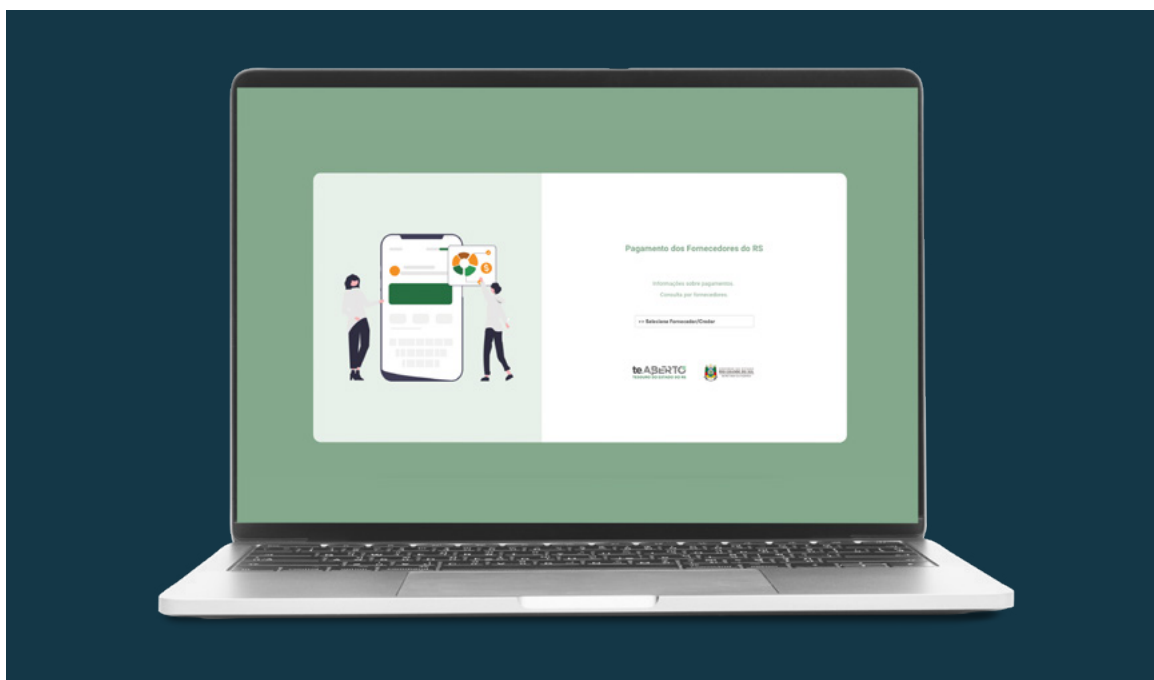
Outras novidades são o botão **Ajuda**, que remete para uma tela totalmente reformulada; novo conteúdo institucional nos botões **Quem somos**, **Equipe** e **Contato**; novos botões interativos em cada painel de gráfico e tela de boas-vindas.

Foram criadas também opções de personalização. No botão **Preferências** é possível trocar a posição do menu de vertical (padrão) para horizontal, mudar o tema de cores do app, fixar a barra de topo e ocultar/exibir a barra de seleções e *KPIs*, ferramenta que proporciona a medição de desempenho do app.

Além disso, os fornecedores têm a oportunidade de se cadastrar para receber notificações do aplicativo em seu *e-mail* a partir de critérios estabelecidos por eles mesmos. Podem, ainda, na ferramenta de FAQ, consultar uma série de perguntas elaboradas com base nas dúvidas mais frequentes dos fornecedores do Estado.

Como acessar: a ferramenta está disponível em <https://idbi.sefaz.rs.gov.br/fornecedores>.

Objetivo: otimizar a aplicação dos recursos públicos.



PROGRAMA DE QUALIDADE DO GASTO (PQG)

Criado em 2013 para desenvolver projetos de melhoria da gestão da aplicação dos recursos públicos e consequente qualificação da prestação dos serviços. O PQG atua para que toda a arrecadação feita pelo Estado retorne à sociedade gaúcha com o melhor aproveitamento dos valores recolhidos.



Resultados do Programa, em economia global, nos últimos três anos:

- 2020 – R\$ 222.118.418
- 2021 – R\$ 205.000.000
- 2022 – R\$ 300.000.000

APOIO À REESTRUTURAÇÃO DO IPE SAÚDE

O projeto consiste em apoiar o Instituto de Assistência à Saúde do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Saúde) em uma série de medidas que buscam otimizar o equilíbrio econômico-financeiro da autarquia e, ao mesmo tempo, preservar/melhorar a qualidade de serviços e atendimentos prestados aos seus beneficiários. Com um milhão de segurados entre servidores estaduais, dependentes e pensionistas, o plano de assistência médica e hospitalar é o maior do RS.

Ações desenvolvidas:

- Elaboração de agenda estratégica e aporte de informações técnicas para subsidiar a diretoria do IPE e as demais esferas de governo envolvidas no processo de reestruturação do IPE Saúde, negociações com prestadores de serviços de saúde, reestruturação do modelo de gestão e agenda hierarquizada dos problemas a serem enfrentados;
- Desenvolvimento de sistemática de fracionamento de medicamentos oncológicos para cálculo de reembolso. Foco em adequar o ressarcimento de medicamentos oncológicos à prática de mercado, na qual paga-se de acordo com a fração do uso de medicamento;
- Desenvolvimento de novos modelos estatísticos de auditoria eletrônica de contas, baseados nos comportamentos dos agrupamentos de doenças (CID). Foco em atualizar os algoritmos de auditoria eletrônica com base nos dados mais recentes e aderentes do IPE Saúde;
- Elaboração de tabelas próprias de preço de medicamentos, dietas e outros grupos de referência do IPE Saúde, a partir de parâmetros de preços da NF-e. Foco em erradicar/reduzir o ressarcimento de insumos com sobrepreço;
- Elaboração de projeções financeiras que apoiem a implementação das Tabelas Próprias de Preço do IPE Saúde e o aperfeiçoamento da gestão financeira do IPE Saúde. Foco em reduzir o financiamento cruzado das despesas do IPE, aumentar a transparência e a contabilização de custos da instituição.



Resultados, entregas e perspectivas:

- Implementação do sistema de fracionamento de medicamentos oncológicos. Acompanhar nos próximos meses os resultados efetivos e as reduções de custo atingidas com a nova sistemática;
- Entrega dos novos algoritmos estatísticos de auditoria eletrônica. Acompanhar os resultados dos novos modelos como identificação de contas para auditoria e descrições estatísticas do modelo por agrupamento de doença;
- Implementação de novas Tabelas Próprias de Preço do IPE Saúde em medicamentos, dietas, órteses, próteses e materiais especiais. Acompanhar resultados atingidos com aplicação e ampliação das tabelas próprias e a ampliação das mesmas com a expansão para "sistema LPM". Trata-se de tabela de preços de medicamentos e insumos utilizados pelos prestadores de saúde. São em torno de 73 mil itens cujos preços são mantidos atualizados. Este sistema servirá de referência para as tabelas do IPE para ressarcimento destes insumos aos prestadores de saúde;
- Elaboraões de Projeções de impactos financeiros de forma periódica e análise de resultados alcançados como redução do ressarcimento de dietas em 47% no primeiro trimestre de 2022, o que representa impacto anual de R\$ 95 milhões, apesar do reajuste nos preços de mercado na ordem de 10% no período;
- Para o próximo exercício o nosso foco será contribuir para a melhoria do sistema de regulação e de auditoria.

AMPLIAÇÃO DA PARCERIA NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)



A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende as receitas e despesas da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul, seus fundos, órgãos, inclusive suas fundações e autarquias. Elaborado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão a partir de uma série de reuniões técnicas com as secretarias e demais Poderes e órgãos autônomos, o orçamento deve ser compatível com o Plano Plurianual (PPA) e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A produtiva e crescente parceria com a SPGG e a colaboração na negociação e definição dos limites das secretarias é um enorme avanço, fazendo com que nos últimos três anos não fosse necessário contingenciar as dotações. As dotações orçamentárias são os limites de execução. Anteriormente, tais processos possuíam menos sinergia e, no início da execução orçamentária anual, havia a publicação de um decreto de cotas, contingenciando as dotações negociadas, o que gerava uma série de problemas para a execução de algumas das políticas públicas mais importantes.

Mais do que uma peça de realismo orçamentário, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2023 avançou ao trazer uma melhor perspectiva para a gestão pública gaúcha. A LOA 2023 já considera a perda de receitas da LC 194/2022 e apresenta déficit.

A proposta insiste ainda na necessidade de ajuste fiscal, em avanço nas medidas estruturantes e na adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A peça também revela queda da arrecadação de ICMS em relação à LDO 2023, preservação dos serviços existentes sem expansão e inclusão dos projetos do Programa Avançar RS.

Destaque ainda na construção da peça orçamentária com acordo construído juntamente aos demais Poderes e órgãos autônomos a exemplo do envio do PLDO 2021. A peça foi apresentada aos Poderes para mostrar a mudança de cenário em relação à LDO. Os Poderes e órgãos autônomos fecharam acordo quanto às diretrizes para os duodécimos em 2023, que utiliza como base orçamentária a dotação de 30 de abril de 2021 (considerado o montante previsto no acordo de 26 de março), acrescida do índice nominal de 3,75%, correspondente ao centro da meta de inflação para 2021 fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

A LOA 2023 é a base da execução orçamentária do ano seguinte e, pela segunda vez, a dotação orçamentária será igual às cotas.

APOIO PARA ESTRUTURAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA AVANÇAR RS

O Programa Avançar é o principal programa de investimentos do Governo do Estado. Possui aproximadamente 300 projetos e quase R\$ 6,5 bilhões em investimentos para os próximos anos. As iniciativas visam a acelerar o crescimento econômico e a melhorar a qualidade da prestação de serviços à população. Os projetos são das áreas da infraestrutura, cultura, saúde, inovação e educação, segurança, obras nos sistemas Penal e Socioeducacional entre outros.

A fim de colaborar para sua viabilidade e efetividade, o Tesouro do Estado produziu cenários para definição de limites globais sustentáveis para o Programa. Também participou do detalhamento de cada projeto, avaliou a viabilidade de execução financeira, negociou limites viáveis com os órgãos e centro do governo e organizou a execução financeira.

A melhoria nas condições fiscais e financeiras permitiu que o Estado voltasse a investir. Do montante de investimentos, R\$ 3,28 bilhões são com recursos próprios do Tesouro do Estado.

O programa Avançar é composto por três eixos:

- **Avançar com Sustentabilidade: projetos nas áreas ambiental, de tecnologia e de inovação;**
- **Avançar para as Pessoas: ações com foco na prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, ação social, segurança e cultura;**
- **Avançar no Crescimento: apoio à atividade econômica, desonerações fiscais, logística e mobilidade.**

A fim de garantir a continuidade dos investimentos, o Tesouro do Estado coordenou a abertura de uma conta específica, garantindo recursos para aqueles projetos iniciados. A medida, além de assegurar a execução de obras e programas essenciais, contribui para a transparência na aplicação dos recursos.

Objetivo: buscar o equilíbrio financeiro do Estado.

PAGAMENTOS EM DIA E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Pagamento na data dos vencimentos da Dívida Pública, fornecedores em geral, convênios, folha de salários, inclusive com adiantamento do pagamento do 13º de 2022 para 31/10 e 30/11.

Em termos financeiros, o saldo da conta resgate estar zerado significa que naquele período o Tesouro não teve déficit financeiro, ou seja, que a receita total do Tesouro foi maior do que a despesa total do Tesouro. Em outros termos, podemos afirmar que não foi necessário o Tesouro se financiar em outras contas, haja vista que o fluxo de receitas daquele período foi suficiente para cobrir as despesas daquele período. Trata-se de uma situação ímpar nos últimos anos e bastante específica, causada basicamente pelo excelente resultado da arrecadação dos últimos períodos, bem como pela alta inflação que, ao mesmo tempo que eleva o valor nominal das receitas, corrói o valor real das despesas. Essa situação tende a regredir no curto prazo e médio prazo, haja vista que com o advento da LC 194/2022, foram retiradas da base tributária do RS algo em torno de R\$ 4 bilhões, o que agravará a situação estrutural das finanças públicas do RS, sendo necessário a busca de outras formas de financiamento para o déficit público estrutural.



O Estado aplicou, durante 2022, diariamente, em média, R\$ 8,8 bilhões no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, e terminou o exercício aplicando 7,489 bilhões no último dia de 2022. Estas aplicações diárias rendem um valor aproximado de R\$ 4 milhões por dia, em torno de R\$ 1,05 bilhão no ano, muito em função dos altos índices da Selic, uma vez que o rendimento recebido é de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

A conta resgate do SIAC é um instrumento de endividamento de curto prazo para financiar políticas de Estado. Sua movimentação financeira tem a finalidade de suprir a conta Disposição do Tesouro do Estado. Esta foi a forma encontrada para utilização dos recursos do SIAC, sem que fossem registrados saques diretamente nas subcontas de cada entidade pertencente ao sistema. Pode ser dito que representa o montante que o Tesouro do Estado deve ao Sistema Integrado Administração de Caixa – SIAC. Seu saldo no final de 2022 é de 1,76 bilhão, depois de ter encerrado 2018, 2019, 2020 e 2021 em R\$ 8,9 bi, 10,5 bi, 6,5 bi e 2,7 bi, respectivamente, o que mostra o viés de recomposição da dívida com o SIAC.

No decorrer de 2022, efetuou-se a conciliação e análise de diversas contas correntes do SIAC que tinham imputados rendimentos. Após análises jurídicas, baixou-se um passivo de em torno de R\$ 508 milhões.

O ano de 2022 também foi marcado por pagamentos de pendências históricas com o IPE Saúde. A citar-se, uma legislação de 2018 transferiu imóveis do antigo IPE para o Estado do Rio Grande do Sul e regrou que o Tesouro repassasse, em caso de défices financeiros do IPE Saúde, valores para ajudar a suportar estes défices, limitados ao valor destes imóveis então transferidos. Já foram avaliados imóveis que chegaram a uma monta de R\$ 32 milhões, valores estes repassados em novembro e dezembro. Também, a partir deste

ano, passou-se a pagar a contribuição patronal referente ao pagamento de Precatórios e RPVs, sobre a qual pairavam dúvidas jurídicas se deveriam ser pagas pelo Poder Judiciário ou pelo Poder Executivo. A partir de dezembro de 2022 os valores já estão sendo pagos regularmente. Em dezembro se pagou o valor total empenhado em 2022, no valor de em torno de 7,2 milhões, referente ao período 2010 a 2021, cujo montante está estimado em cerca de R\$ 52 milhões, e que está em vias de preparação para pagamento.

Cabe referir o início da recomposição dos Depósitos Judiciais, a partir de dezembro de 2022, em parcelas anuais de R\$ 72 milhões/ano.

Objetivo: ampliar fontes de financiamento

Receitas de privatizações

- CEEE-G - R\$ 928 milhões;
- LEILÕES - SÉPIA E ATAPU (PRÉ-SAL) R\$ 283 milhões;
- CEEE-G R\$ 928 milhões. Saída do SIACR\$ 695 milhões;
- SULGÁS R\$ 955 milhões;
- CONCESSÃO PARQUE DO CARACOL R\$ 150 milhões.

Receitas de operações de crédito (2022)

- PROREDES/BNDES - R\$ 9.300;
- PROFISCO II/BID - R\$ 86.296;
- TOTAL - R\$ 95.596.

Objetivo: reduzir o custo com a dívida pública mantendo o nível prudencial de risco.

PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL (PAF) E PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E TRANSPARÊNCIA FISCAL (PATF)

A Lei Complementar 178, de 2021, instituiu o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) e permitiu a conversão dos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal naquele Programa, estabelecendo ainda a sua adesão pelos Estados como condição para a pactuação do Regime de Recuperação Fiscal e para a repactuação de acordos sob a égide da Lei Complementar 156 e Lei 9.496/97.

Por meio do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas 014/98 STN/COAFI, assinado em 17 de outubro de 2022, foi firmada a conversão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) no Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF), obrigando o Estado a cumprir as

normas relativas ao novo programa, inclusive a revisá-lo e atualizá-lo de acordo com a periodicidade estabelecida e a contrair novas dívidas exclusivamente de acordo com os termos do Programa.

ASSINATURA DOS CONTRATOS 261/2022 (RRF) E 262/2022



O Contrato 261/2022/CAF formalizou a concessão das reduções extraordinárias das prestações das dívidas com a União e das operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais por ela garantidas, no esquema de descontos regressivos, conforme previsto no Regime de Recuperação Fiscal, bem como o seu refinanciamento em 360 meses, de acordo com o art. 9º-A da Lei Complementar 159/17.

Já o Contrato 262/2022 permitiu o refinanciamento em 360 meses dos valores da dívida com a União que deixaram de ser pagos pela liminar do STF, entre julho/2017 e fev/2022. Este contrato foi absorvido pelo 261, desde quando o Estado teve homologada sua entrada no RRF (01/07/22).

A assinatura dos aditivos do art. 49 do Decreto 10.681/21 trata do escalonamento RRF, e está sendo tratado junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Ainda dentro do RRF, o Rio Grande do Sul voltará a pagar as dívidas suspensas a partir de 2023, de acordo com a chamada “escadinha”: a razão de 1/9 do valor da parcela calculada a cada ano: 11,11% da parcela calculada em 2023; 22,22% da parcela calculada em 2024 e assim por diante.

Para o pagamento foram realizadas importantes adaptações do Sistema da Dívida Pública do RS com adaptações às novas condições da dívida com RRF. Mudou profundamente a gestão da dívida, o que se reflete no SDP, o sistema de dívida. Como decorrência dos aditivos acima (art. 49), novamente o SDP deverá ser adaptado para que possibilite pagar as dívidas de acordo com as “escadinhas” que irão vigorar em 2023.

Objetivo: aprimorar a gestão de passivos existentes e mitigar novos contingentes.

PRÓ-SUSTENTABILIDADE

O ano de 2022 foi de busca por financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para a quitação de precatórios judiciais. A aprovação pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) aconteceu em outubro e essa é uma etapa

importante para concretizar a contratação pelo RS do Pró-Sustentabilidade, programa destinado a auxiliar o Estado em seu processo de ajuste fiscal, o que só foi possível pela adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal.

São Objetivos da operação:

- Reduzir o estoque de precatórios, minimizando o impacto no fluxo de caixa no Tesouro do Estado para a sua quitação integral (o valor é receita adicional para pagamento de precatórios);
- Melhorar a Gestão do Estado, de forma a minimizar as demandas judiciais; qualificar o gasto, melhorando a eficiência no uso dos recursos; e qualificar os serviços prestados à população.

Características gerais:

- Operação de crédito a ser contratada perante o BID, com a prestação de garantia pela União;
- US\$ 500 milhões, com até três anos para execução, que podem ser antecipados dependendo do desempenho das rodadas de negociação dos precatórios;
- Três anos de carência do principal e 25 anos para amortização;
- Modalidade "PBR" – Programa baseado em resultados (BID), com adicionalidades vinculadas a melhorias nos processos das áreas envolvidas;
- Financiamento aprovado pela Assembleia Legislativa do RS por unanimidade em 12 de julho de 2022 (Lei 15.878 de 19 de julho de 2022).
- Principal medida de ajuste incluída no PRF: quitação do estoque, superior a R\$ 15 bilhões de precatórios até 2029
- Recursos canalizados para a realização de acordos diretos para quitação antecipada de precatórios, deságio de até 40% tem o potencial de alavancar as baixas do estoque.
- Constitui-se de valores adicionais aos atuais 1,5% da RCL
- A essas baixas no estoque mediante a realização de acordos diretos, será acrescido um gradual aumento da contrapartida pecuniária pelo Tesouro Estadual, que atualmente corresponde a 1,5% da RCL (R\$ 700 milhões/ano).
- Pela primeira vez, o RS dispõe de uma estratégia financeira para honrar esses passivos até 2029, sem que seja necessário elevar desproporcionalmente o aporte do Tesouro, o que comprometeria a sustentabilidade fiscal.

Comprovação do Resultado

PRECATÓRIOS - ACORDOS			
Competência	Valor Baixado (Estimado)	Valor Pago	Economia
jan/20	17.394.931,70	10.436.959,02	6.957.972,68
fev/20	35.728.305,67	21.436.983,40	14.291.322,27
mar/20	29.415.907,20	17.649.544,32	11.766.362,88
abr/20	8.731.140,90	5.238.684,54	3.492.456,36

PRECATÓRIOS - ACORDOS			
Competência	Valor Baixado (Estimado)	Valor Pago	Economia
mai/20	6.564.060,60	3.938.436,36	2.625.624,24
jun/20	4.723.591,50	2.834.154,90	1.889.436,60
jul/20	20.454.671,87	12.272.803,12	8.181.868,75
ago/20	17.206.708,52	10.324.025,11	6.882.683,41
set/20	9.326.822,83	5.596.093,70	3.730.729,13
out/20	33.212.263,23	19.927.357,94	13.284.905,29
nov/20	11.799.739,53	7.079.843,72	4.719.895,81
dez/20	19.979.330,77	11.987.598,46	7.991.732,31
Total 2020	214.537.474,32	128.722.484,59	85.814.989,73
jan/21	2.693.398,93	1.616.039,36	1.077.359,57
fev/21	8.702.840,63	5.221.704,38	3.481.136,25
mar/21	10.275.190,02	6.165.114,01	4.110.076,01
abr/21	7.641.044,25	4.584.626,55	3.056.417,70
mai/21	-	-	-
jun/21	11.515.069,12	6.909.041,47	4.606.027,65
jul/21	24.674.254,40	14.804.552,64	9.869.701,76
ago/21	56.051.163,28	33.630.697,97	22.420.465,31
set/21	66.183.510,73	39.710.106,44	26.473.404,29
out/21	44.000.881,77	26.400.529,06	17.600.352,71
nov/21	60.646.820,42	36.388.092,25	24.258.728,17
dez/21	45.567.185,98	27.340.311,59	18.226.874,39
Total 2021	337.951.359,53	202.770.815,72	135.180.543,81
jan/22	9.926.589,00	5.955.953,40	3.970.635,60
fev/22	40.257.187,87	24.154.312,72	16.102.875,15
mar/22	97.492.728,25	58.495.636,95	38.997.091,30
abr/22	4.353.046,62	2.611.827,97	1.741.218,65
mai/22	35.033.026,63	21.019.815,98	14.013.210,65
jun/22	5.030.710,22	3.018.426,13	2.012.284,09
jul/22	30.284.692,95	18.170.815,77	12.113.877,18
ago/22	23.386.400,97	14.031.840,58	9.354.560,39
set/22	27.775.861,45	16.665.516,87	11.110.344,58
out/22	55.402.121,03	33.241.272,62	22.160.848,41
nov/22	42.834.267,82	25.700.560,69	17.133.707,13
dez/22	1.563.363,98	938.018,39	625.345,59
Total 2022 (até dez)	373.339.996,78	224.003.998,07	149.335.998,71
Total 2020, 2021 e 2022 (até dez)	925.828.830,63	555.497.298,38	370.331.532,25

PRECATÓRIOS - ACORDOS			
Competência	Valor Baixado	Valor Pago	Economia
2020	214.537.474,32	128.722.484,59	85.814.989,73
2021	337.951.359,53	202.770.815,72	135.180.543,81
2022*	192.093.288,58	115.255.973,15	76.837.315,43
TOTAL	744.582.122,43	446.749.273,46	297.832.848,97

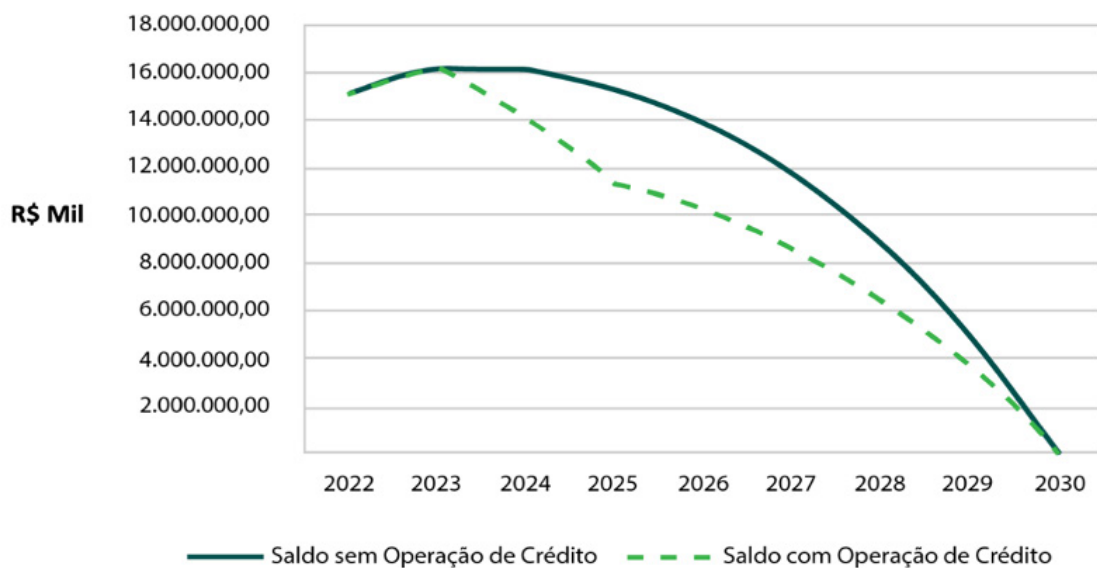
Benefícios da operação

Curto prazo: redução do custo dos precatórios, evitando ruptura da sustentabilidade do Estado

Médio prazo: melhoria na gestão e nos sistemas de pessoal e previdência para mitigar e evitar novos precatórios (mais de 90% são de natureza de pessoal), capacitar o Estado para avaliar e monitorar políticas e projetos, bem com facilitar a solução de conflitos, evitando a judicialização.

- Alavanca a redução do estoque de precatórios, com ganho econômico para o Estado;
- Os custos da operação do BID são adequados a esta solução: são menores do que o custo de carregamento da dívida;
- Financiamento resulta em economia de recursos para o Estado de R\$ 3 bilhões nos fluxos de desembolsos necessários para o pagamento de precatórios até 2029;
- Estabelece uma previsão de fluxo de recebimentos para os precatórios até 2029;
- Até 2050, prazo final de pagamento do empréstimo, em termos nominais ainda se registra economia de R\$ 227 milhões.

Evolução do estoque do Precatórios ao longo do período



Benefícios: Inovação e referência para subnacionais

- Trata-se de operação pioneira no Brasil para entes subfederados, com potencial para se tornar referência a ser replicada por outros entes, que enfrentam o mesmo desafio, e cuja solução tem se arrastado ao longo dos anos

Adicionalidades técnicas

- Programa de Qualidade do Gasto: Avaliação de políticas públicas e de projetos de grande relevância para o Estado (públicos ou privados), incluindo a identificação de problemas legais para evitar a geração de demandas Judiciais. Elaboração de proposta de governança e monitoramento para os mesmos, tendo como base a experiência do Governo Federal.
- Melhoria na gestão das despesas com pessoal: Modernização nos processos e efficientização dos controles para elaboração da folha de pagamentos do Estado.
- Melhorias nos processos de pagamentos de aposentadorias e pensões: Avaliação do caráter previdenciário das rubricas de folha, melhorando a análise das contribuições ao longo de toda a vida funcional do servidor.

Proximos passos - Cronograma

- Aprovação no Primeiro Comitê no BID.
- Aprovação no Segundo Comitê no BID.
- Aprovação de alterações já pactuadas no RRF.
- Negociação oficial da minuta contratual com o BID e SAIN.
- Instrução do pleito e Aprovação na STN.
- Análise/Aprovação PGFN.
- Envio processo Presidência República para envio ao Senado.
- Aprovação do Senado.
- Assinatura dos Contratos de Garantia; Contragarantias e Contrato Principal.
- Início do Projeto.

PLANO ANUAL DE PRECATÓRIOS

O Plano apresenta a estratégia do Estado para cumprir as metas de pagamentos de precatórios para o próximo ano, com vistas a quitar o estoque até 2029. É apresentado, anualmente, por determinação constitucional, regulamentada por Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O Plano de Pagamento de Precatórios para 2023 prevê as seguintes medidas:

Formas de Pagamento	Valor*	Especificação
Estimativa de baixas via Compensa	1.020,00	Estimativa de precatórios baixados
Repasses 1,5% da RCL	738,00	Proposta orçamentária para 2023**
Ajuste Câmara de Conciliação	246,00	A Câmara paga com 40% de deságio
Estimativa de Sub-rogação	270,00	Estimativa de precatórios baixados
Operação de crédito***	2.600,00	Operação de Crédito em fase de contratação
Ajuste da Operação de Crédito (via Acordos Diretos)	1.734,00	A Câmara paga com 40% de deságio
Total	6.608,00	O que atende o valor anual apontado como "suficiente" (R\$2.252,52)

* Em milhões de reais

** A Proposta Orçamentária enviada para apreciação legislativa prevê RCL na ordem de R\$ 49.211 milhões para 2023

*** Valor equivalente a 500 milhões de dólares.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS, CONFORME MODALIDADE							
Modalidade	2017	2018	2019	2020	2021	2022*	Total**
Ordem Cronológica de Preferências	1.225.664	485.514	302.961	270.970	402.248	398.460	3.084.817
Acordo via Câmaras de Conciliação	409.280	107.640	315.385	128.722	202.771	197.365	1.358.163
Compensação	-	41.997	937.427	207.502	185.099	128.372	1.500.397
Total	1.636.961	636.169	1.522.773	607.194	790.117	724.197	5.947.411

* Até outubro

** Período 2017 a 2022

Fonte: Sistema FPE

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS EM RELAÇÃO A RCL			
Ano	Valor da Dívida	RCL	% da RCL
2015	10.932.497	30.139.170	36,27
2016	13.276.164	34.654.900	38,31
2017	13.107.575	35.045.930	37,40
2018	15.296.230	37.773.290	40,49
2019	15.640.358	39.779.440	39,32
2020	15.336.616	42.073.520	36,45
2021	15.220.625	53.878.110	28,25

* Por razões metodológicas os valores diferem dos informados pelo TJ.

Fonte: Sistema FPE

VALOR DESTINADO PARA PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS (1,5% da RCL) – R\$mil	
Ano	Depósitos
2015	437,481
2016	523,400
2017	523,742
2018	538,864
2019	571,249
2020	595,959
2021	697,766
2022*	750,000

* Estimativa
Fonte: Sistema FPE

O plano de pagamento do estoque de precatórios para 2022 estima uma dívida acumulada de R\$ 17.111.546.615,86 sendo que, do montante, R\$ 271.499.035,52 foram quitados em 2022 e uma base de parcelamento de R\$ 16.250.907.871,31 será paga em sete anos. Para o pagamento, está previsto percentual de comprometimento mensal da RCL para o ano de 2023 de 4,2754%.

PROJETOS EM ANDAMENTO RPVS DO TRT

Foram aperfeiçoados os detalhes das comprovações de pagamento realizadas automaticamente pelo Banco do Brasil que já se encontram em operação. Com isso, uma etapa importante e trabalhosa, que é a geração de guias e IDs de pagamento, está suprimida. Após essa implantação, aguarda-se a manifestação da PGE para concluir as etapas de geração das RPVs pela PGE e de integração com a Sefaz que já foi desenvolvida, mas que dependia da etapa de pagamento. Isso diminuirá o trabalho repetitivo de lançamento das RPVs no sistema FPE pela Seção de Precatórios do Tesouro do Estado e diminuirá consideravelmente os erros e retrabalhos.



Acordos Judiciais: Já implantado no FPE o novo módulo de Acordos Judiciais, segue-se no aperfeiçoamento da nova metodologia que suprimiu diversas etapas da execução destes acordos. Foram realizados vários pagamentos relativos aos aditivos do acordo VR e aguarda-se para o próximo mês o início de novo acordo realizado pela PGE, que será realizado pela nova metodologia. Também está em andamento o projeto de registro no sistema RHE dos pagamentos dos Acordos Judiciais via FPE. O registro acontecerá por rotina mensal de troca de arquivos entre o FPE e o RHE, alimentando a pasta funcional do servidor com os seguintes dados: Valor Pago, Processo Judicial, PROA, Data do pagamento e o Título do Acordo Judicial.

Objetivo: apontar alternativas e soluções para despesas com pessoal e previdência.

PROCESSOS DE AUTORIZAÇÕES DE PESSOAL FRENTE À ENTRADA EM VIGÊNCIA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL (1º DE JULHO) E PRAZOS DA LEI ELEITORAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Devido a recentes alterações na LRF, em um prazo exíguo, foram analisados, observados critérios técnicos e legais, diversos processos de admissão pessoal preponderantes para a continuidade do serviço público, que resultaram na nomeação de 2500 servidores



IMPLANTAÇÃO DA REVISÃO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DEPOIS DE 16 ANOS

Em 2022, a Lei 15.837/2022, que dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, bem como dos proventos de inatividade e pensões concedeu 6% de reajuste nos salários dos servidores públicos, sendo 1% a contar de janeiro e 4,951% a contar de abril.

O índice de 6% foi determinado com base em critérios relacionados à capacidade financeira do Estado nos próximos exercícios, à observância das projeções para o indicador de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à legislação eleitoral. O impacto bruto na despesa de pessoal em 2022 (para todos os Poderes) foi estimado em R\$ 1,22 bilhão, dos quais R\$ 1,1 bilhão referentes ao Executivo. A partir de 2023 (impacto em 12 meses), o impacto anual é de R\$ 1,53 bilhão, dos quais R\$ 1,35 bilhão no Executivo, valores que constam do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, encaminhado à Assembleia Legislativa em 14 de maio, e do Plano do Regime de Recuperação Fiscal, objeto de parecer favorável do Ministério da Economia em 24/05/2022.

Com a promulgação da Lei em 18/05/2022, o Tesouro do Estado produziu uma folha suplementar para o pagamento dos valores retroativos, que foi quitada em 01/06/2022. Para a folha de junho/2022 já estavam implantadas as mudanças nos salários dos servidores com os novos valores.

PAGAMENTO PROGRAMA APRENDE MAIS

Em 2021, por intermédio do Decreto 56.137/2021, foi instituído o programa Aprende Mais, que possui o objetivo de melhorar a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes de ensino fundamental e médio, mediante a capacitação de docentes e das equipes gestoras. Para tanto, foi criada a Bolsa Capacitação para os professores que fizessem cursos pré-definidos pela Secretaria de Educação. Para viabilizar o pagamento dos valores referentes às bolsas, foi desenvolvido fluxo operacional em que a Secretaria de Educação faz o controle das frequências nos cursos e o Tesouro veicula as bolsas nas folhas de pagamento suplementares.

Objetivo: Ter soluções de TI inovadoras.

PAGAMENTO POR INTERMÉDIO DE PIX



Em 2022, o Tesouro do Estado pagou R\$ 170.928,37 via PIX.

O Tesouro do Estado foi um dos primeiros no País a implantar os pagamentos por meio da plataforma PIX. Entre os benefícios do uso da tecnologia estão o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos de forma mais ampla e democrática. Além disso, o meio de pagamento eletrônico permite que o Estado faça pagamentos de modo mais ágil e seguro para os credores. Para viabilizar a implantação, foram mobilizadas várias áreas do Tesouro do Estado, além do Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Procergs, Banrisul e Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), para discutir alternativas e necessidades de adequação dos módulos do FPE envolvidos, o Cadastro de Credores e a Execução Financeira.

FPE MOBILE

Gestores administrativos e financeiros do Estado aderem ao aplicativo do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) para realizar as operações com maior agilidade e receber notificações de pendências em tempo real. A ferramenta permite melhora também na produtividade dos gestores a partir do gerenciamento, controle e execução orçamentária e financeira da despesa pública. Entre os benefícios da versão *mobile*, destaque ainda para a redução de custos operacionais e maior transparência na gestão dos recursos.



Além dos gestores do Estado, os cidadãos também podem acompanhar informações do orçamento. Na tela inicial do aplicativo FPE, a opção "Orçamento" permite consultar o orçamento por nome do Órgão e identificação do mês e ano. As informações ficam dispostas em um gráfico do tipo pizza, referente ao Saldo a Liberar. Também é possível ver o valor total da Dotação Inicial, da Dotação com Alteração e o total e percentual do Saldo a Liberar. Ao clicar nos valores listados do Órgão, o aplicativo redireciona para o detalhamento por Grupo da Natureza de Despesa e para o detalhamento por Recurso.

FOLHA EX-AUTÁRQUICOS DA CEEE

Ao longo dos últimos meses foi realizada uma força-tarefa para a implantação no Sistema de Recursos Humanos do Estado -RHE da folha dos ex-autárquicos da extinta CEEE. Foi um trabalho metódico e intenso, com atenção detida a cada item da folha, para que a partir de janeiro de 2023 a folha de pagamento seja processada no sistema do Estado, atendendo às regras estabelecidas no processo de privatização da CEEE.

A folha de pagamento dos ex-autárquicos da CEEE importa em um valor aproximado de R\$ 6,5 milhões mensais, e já vem sendo paga pelo Estado desde julho de 2021, porém a partir de janeiro de 2023 passará a ser processada no RHE.

Trata-se de um procedimento extremamente complexo, pois não se sujeita às normativas ordinárias de folha do Poder Executivo. O trabalho conta com participação de diversos órgãos, em especial o Tesouro do Estado, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e a Procuradoria-Geral do Estado. Foram feitas as definições técnicas que viabilizam a operacionalização do trabalho de maneira segura, bem como a elaboração de instrução normativa regulamentando as omissões.

NOVO FPE

Em meados de 2022 foi firmado e publicado o contrato entre a Secretaria da Fazenda e a Procergs para o desenvolvimento do módulo no Sistema Integrado de Administração de Caixa - no Finanças Públicas Do Estado – FPE. Esse é um dos projetos mais relevantes para o Estado dentro do Profisco II. Através desse trabalho pretende-se a atualização tecnológica do FPE com o desenvolvimento de novas funcionalidades e integrações, além do aprimoramento de sua interface e usabilidade, com aumento da aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Os primeiros módulos a serem migrados serão o Afastamento e Ajuda de Custo, pela Cage, e o SIAC, pelo Tesouro. O processo de evolução do SIAC iniciou em 2021, com o mapeamento e redesenho de processos realizados, envolvendo diferentes setores do Tesouro e consultoria da MBS. A assinatura do contrato representou o início dos desenvolvimentos da migração tecnológica pela Procergs, com prazo para conclusão até janeiro de 2023.

Paralelamente, foi formado o Grupo de Trabalho pelo Tesouro do Estado (GT FPE2), com participação de praticamente todas as divisões, cujo objetivo é mapear os processos que envolvem direta ou indiretamente o sistema FPE para fomentar as discussões entre as divisões na busca pela evolução dos processos de trabalho no TE, com maior integração entre os processos orçamentário e financeiro, além da disseminação do conhecimento de forma sistematizada e integral entre as áreas.

Objetivo: potencializar a Gestão de Pessoas



Depois de mais de um ano marcado pelas restrições da pandemia, em que a administração pública, assim como diferentes setores produtivos, teve que se organizar para um novo modelo de trabalho, os servidores do Tesouro do Estado retornaram ao trabalho presencial. Felizmente, graças aos recursos desenvolvidos na área de tecnologia e informatização como uso de novas plataformas colaborativas, foi possível atender de pronto à determinação do decreto estadual que tratou dos protocolos de atividades determinando distâncias entre pessoas e outras medidas para o trabalho presencial em segurança. O Tesouro também realizou planejamento para que houvesse continuidade do teletrabalho, observando rodízio entre os servidores, desde que respeitando critérios de produtividade.

A tecnologia foi a principal aliada neste trabalho, onde se estabeleceram mecanismos que permitiram trabalho remoto, reuniões e eventos em plataformas seguras e com eficiência. Durante o ano, entre os meses de janeiro e outubro de 2022, foram realizados ainda oito módulos do Programa de Qualificação do Tesouro e um total de 36 horas/aula. A formação foi obrigatória para os novos servidores e opcional para demais servidores. No total, 134 inscrições foram realizadas.

Uma característica marcante do Programa de Qualificação do Tesouro é a utilização de instrutores do quadro de servidores da Sefaz RS, o que permite a difusão do conhecimento adquirido com a experiência no órgão, a troca de experiências entre os participantes inscritos e os painelistas e o fortalecimento da rede de contatos, na medida em que os servidores conhecem os profissionais de ponta, especialistas em diversos assuntos, que trabalham na Sefaz e podem servir de referência para o alcance dos objetivos do TE.

Objetivo: ter identidade institucional, estruturas integradas, com os processos de trabalho otimizados

Durante o ano, com apoio da consultoria da MBS, o Tesouro do Estado realizou mapeamentos e redesenhos em diversos setores da Subsecretaria, conforme exemplos a seguir:

- Automação da programação da cota financeira (mesmo formato já desenvolvido para o pagamento da dívida) e a automação da programação do pagamento.
- Mapeamento das rotinas atuais do SIAC, com o objetivo de auxiliar o projeto do Novo FPE, validando quais os processos são executados, quais as funcionalidades que precisam ser melhoradas, quais as funcionalidades que não precisam ser mantidas no Novo FPE porque não estão sendo utilizadas, etc. Foram produzidos sete mapas que incluem, por exemplo, cadastramento de novas contas e monitoramento da receita; aplicações ou resgates de recursos e fechamento do dia.
- Mapeamento do processo Fale Conosco do App Servidor RS. A partir do diagnóstico foi elaborada a proposta de atendimento integrado.
- Mapeamento Macroprocesso de Programação e Execução Orçamentária – Projeto Novo FPE
- Mapeamento dos processos da folha de pagamentos pertinentes ao atendimento de pedidos de certidões: “se vivo fosse”, “Se ativo estivesse” e demonstrativos financeiros.
- Mapeamento dos processos do eSocial TECHNE, para auxiliar a equipe de implantação nos treinamentos das equipes, através da construção de manuais.
- Mapeamento do processo de Bloqueio Judicial.



PERSPECTIVAS DE FUTURO: LEGADO SUSTENTA- BILIDADE

Mesmo com as diversas melhorias apresentadas nesse Relatório, o cenário segue sendo altamente desafiador para os anos seguintes. Todas as ações e resultados acima descritos fazem parte de um conjunto de esforços na trilha de fortalecimento institucional e inovação, na busca por parcerias e novas metodologias de ação.

Como guardiões das finanças estaduais, sabemos que o jogo não acabou. Estamos à frente de uma nova realidade. Sabemos que a sustentabilidade é um valor que deve transbordar o Tesouro, a Secretaria da Fazenda, o Estado e sensibilizar a sociedade.

A atual gestão deixa para os próximos líderes o que chamamos de Legado Sustentabilidade, um conjunto de ações para um futuro melhor de desenvolvimento, equidade e avanço nas áreas onde nosso Tesouro do Estado atua.

Trabalhamos com o conceito de Inovação Aberta e Governo Aberto. Na literatura, desafios como os enfrentados diariamente pelo Tesouro do Estado são chamados de *Wicked*.

Problemas: problemas complexos. Isso porque não possuem solução definitiva. Não existe um único jeito de “resolvê-los”.

Em 2023, teremos rodadas de renegociação do RRF, abrindo novas possibilidades de melhorias. As discussões sobre a recuperação das receitas perdidas pelos estados a partir da LC 194/2022 deverão ser igualmente decisivas. Seguir vigilantes como guardiões da sustentabilidade das finanças será fundamental para evitar a expansão dos gastos continuados e poder ajudar no melhor direcionamento dos investimentos públicos. Medidas que busquem melhorar a gestão do caixa único também estarão na pauta. Enfim, evoluir na gestão financeira, propor e articular medidas, organizar ações inovadoras que contemplem os cenários imediato, de médio e longo prazos é o propósito do Legado Sustentabilidade.

A curto prazo, para enfrentar um dos maiores passivos do estado, os precatórios, reuniremos todos os esforços para que a operação de crédito do Pró-Sustentabilidade ocorra de forma rápida, com os benefícios esperados.

Por tudo isso, em conjunto com os projetos que vêm sendo implantados com recursos do PROFISCO II, e acima de tudo pela qualidade e comprometimento do quadro de servidores do Tesouro, bem como as parcerias cada vez mais articuladas, é que acreditamos que seguiremos sendo cada vez mais protagonistas na gestão pública do RS.

A transformação leva tempo. Passar de um estado para outro é um processo. A inovação, por outro lado, geralmente se refere a um conjunto de criatividade que se ligam às ações que levam à implementação dessa nova estratégia de uma instituição. Podemos dizer, no Tesouro do Estado, que estamos transformando de forma inovadora e consequente, porque nosso alicerce é a responsabilidade com as finanças públicas e o foco no bem-estar e oportunidades iguais para as pessoas.

Inovação impulsiona mudanças, e a sociedade e suas instituições se transformam para acolher e implementar esses câmbios. Transformar é descrever os processos que ocorrem depois que a inovação entra em cena. Estamos, de modo muito sólido, atentos a uma nova cultura que gere a transformação para um Estado mais forte e sustentável. Confiamos muito na qualidade do corpo técnico do Tesouro do Estado e no leque amplo de parcerias para contribuir nos desafios.

Que venha 2023.



TESOURO
do Estado do RS